

AGORA

FENAE



O OUTRO LADO DA MOEDA

O Real comemora quatro anos com duas vertentes distintas:
o sucesso no combate à inflação e o aumento do desemprego

FENAE



Há 27 anos voando alto
e rompendo fronteiras

AGORA

- 7** A história de um levante contra a opressão federal
- 8** Saiba quanto o Orçamento pode influir em sua vida
- 20** FGTS pode ter nova metodologia de saque
- 21** Aloysio Biondi derruba números irreais do governo
- 22** As loucas manias que acompanham as pessoas
- 25** Concurso na Caixa não atende necessidades
- 26** Brasil recebeu 550 palpites para o Bolão da FENAE
- 27** Traja no conta que a Fifa estuda mudar regras
- 28** Giramundo faz adultos voltarem a ser crianças
- 32** Choro renasce com força mesmo sem apoio na mídia

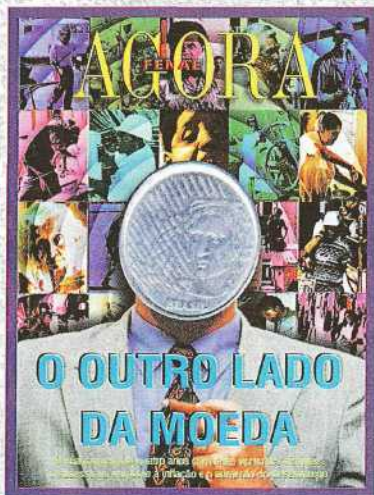


Agrotóxicos representam uma bomba de efeito imediato contra os agricultores brasileiros - **Pág.36**



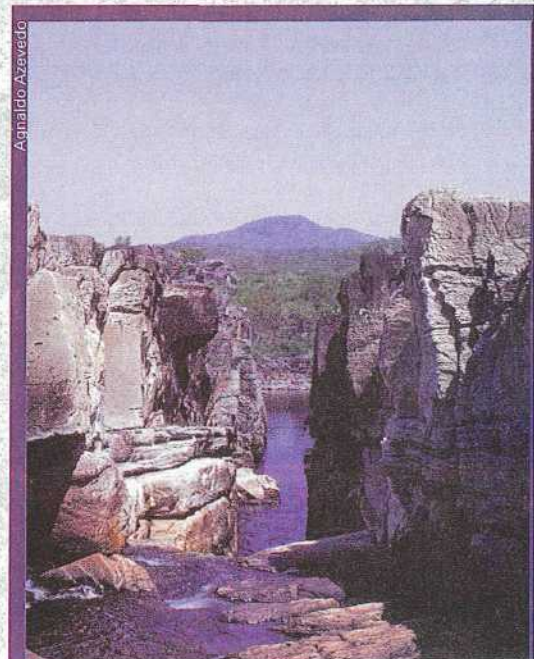
Tutankhamon na **pág. 5**

Belezas naturais sem comparação servem de cenário para um dos rincões mais místicos do planeta: a Chapada dos Veadeiros **Pág. 33**



Capa:

Ao afirmar que o Plano Real aumentou o consumo de frango e iogurte, o governo "esquece" o outro lado da moeda: desemprego e déficit público - **Pág. 12**



Publicação da FENAE -
Federação Nacional das Associações
do Pessoal da Caixa Econômica Federal

Administração e redação:

Setor Comercial Sul, quadra 1, edifício Uqião,
6º andar, Brasília/DF, CEP: 70300-901
Telefone: (061) 323-7516
Fax: (061) 325-6057
Telex: (061) STM400 - Caixa Postal 33794
Homepage: www.fenae.org.br
E-mail (Internet): fenae@fenae.org.br
(Altermx): fenae@ax.ibase.org.br.

Diretoria Executiva

Presidente:
Carlos Caser
Vice-Presidente:
José Francisco Zimmermann
Diretor Financeiro:
Carlos Borges
Diretor de Relações no Trabalho:
João Alberto Garcia Moschkovich
Diretor Administrativo:
Admilsori dos Santos Canuto
Diretor de Esportes:
Jorge Cruz Marçal
Diretor Cultural:
Emanuel Souza de Jesus
Suplente: José Durval Fernandes Reis

Conselho Fiscal

Orlando Martins Pinto
Jesus Rodrigues Alves
Cláudio Pimentel Corrêa

Suplentes

Daniilo Aguilar Ferreira
Bernadete Santos de Aquino

Conselho Deliberativo Nacional

Presidente: Jorge Peixoto de Mattos
Vice-Presidente: Maria Auxiliadora N. de Almeida
Secretário: Fernando de Mello

Editor: Afonso Costa (MTb - RJ 16.234)

Redação: Antônio José, Eyandro Peixoto,
Mareio Sardi

Colaboradores: Aloysio Biondi, Tárk de Souza,
José Trajan Oi Adacir Reis

Diagramação: Hélder Narde

Ilustração: Lisarb

Impressão: Bangraf

Tiragem desta edição (75 mil exemplares)
comprovada por Price Waterhouse,
cuja carta-relatório encontra-se em nosso poder

Os artigos assinados são de
responsabilidade dos seus autores

Distribuição gratuita

Marionete do feijão-com-arroz

A manipulação de dados realizada pela equipe econômica do governo e aceita passivamente por grande parte da imprensa é impressionante. Se forem levadas "na ponta da faca" essas declarações o país avança a passos largos rumo ao Primeiro Mundo.

Infelizmente isso não é verdade. Dados do Dieese demonstram que os rendimentos dos trabalhadores durante o governo Sarney eram superiores aos obtidos no governo Fernando Henrique (vide tabela). Obviamente que ninguém quer que a inflação volte aos patamares de 1989.

Mas também é óbvio que é inaceitável a redução nos rendimentos em níveis reais dos trabalhadores.

Em artigo publicado na imprensa no dia do aniversário do Real, o presidente Fernando Henrique Cardoso ressaltou o crescimento do consumo de frango, iogurte e biscoito. Ele não citou, mais uma vez óbvio que propositalmente, que o consumo do arroz vem caindo desde 1994 e o do feijão desde 1996. Será que o nosso tradicional feijão-com-arroz perdeu a preferência nacional?

Por outro lado, o artigo presidencial esqueceu de abordar o maior problema da

população brasileira: o desemprego, que voltou a crescer em maio.

O plano Real derrubou a inflação e propiciou a quebra de parte da indústria nacional e a demissão de milhões de trabalhadores. O seu custo social é muito grande, apesar das medidas governamentais adotadas de última hora para reverter os dados das pesquisas que indicavam a queda da popularidade do presidente FH.

Nem todas as manipulações, entretanto, são negativas. O grupo de teatro de bonecos Gíramundo exibe apurada técnica e refina-

dos personagens, sucesso no Brasil e em diversos países da Europa e da América do Norte.

Sucesso também é a Chapada dos Veadeiros, incrustrada em Goiás, que atrai cada vez mais turistas e a atenção de ufólogos e reli-

giosos, maravilhados com a beleza e a magia da região.

Estranhas mesmo são as manias. Tem de tudo nesse mundo, até mesmo gente que confunde cliques com cachorro. Talvez seja esse o problema da equipe econômica do governo: identificação demasiada com o maior sucesso de Nikplai Gogol, "O diário de um louco".

É inaceitável a
redução da
renda dos
assalariados



RENDIMENTO MÉDIO REAL DOS OCUPADOS, POR QUARTIL REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO
1989-1997

Anos	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de
1989	190	314	580	1.109	2.118
1997	159	300	500	981	1.007

Fonte: SEP Convênio SEAOE- DIEESE

EnvFiais de dezembro de 1997

Crise da borracha

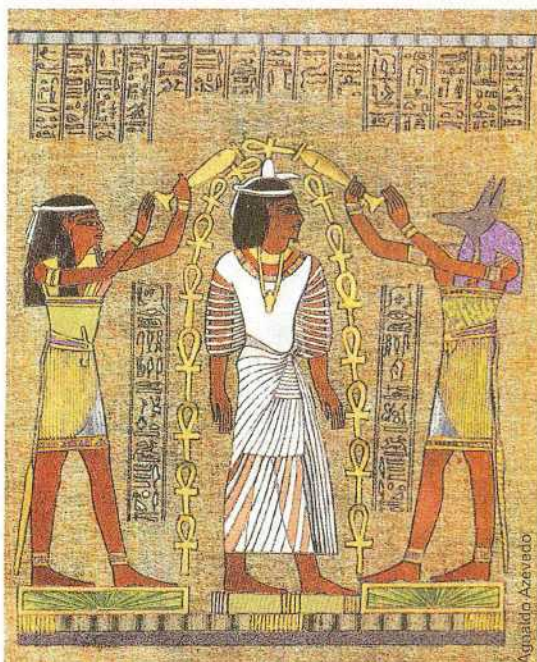
Não é de hoje que crises na Ásia têm efeito sobre o Brasil. Durante a Segunda Guerra Mundial, no entanto, a falência da Malásia permitiu o desenvolvimento de Rondônia, um dos mais novos estados brasileiros, produtor de borracha. Mas o antigo território do Guaporé deve aos seringais até mesmo sua colonização, no século XIX. Pertencente à Bolívia, Rondônia foi trocada pela franquia, aos bolivianos, da navegação nos rios Madeira e Amazonas, além da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, epopeia que durou nove anos. Ascensão e declínio da borracha em Rondônia são contados no site ronet.com.br/~rondonia/estado.htm.



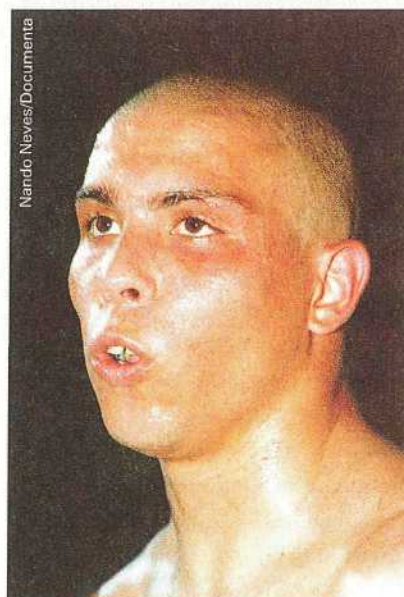
Fernando Martinho/Doca/Arca

Faraó revisitado

Encontrada no início do século, a tumba de Tutankhamon foi a mais importante descoberta arqueológica sobre o Egito antigo. A honra coube a Howard Carter, também autor - em parceria com Arthur Mace - da mais importante obra sobre o "faraó menino" editada em português: "A descoberta da tumba de Tut-ankh-Amon", livro publicado pela editora gaúcha Mercado Aberto. Quem quiser descobrir mais sobre Tutankhamon tem também dezenas de sites interessantes para escolher.



Agência Azevedo



Nando Neves/Documenta

Matemática da bola

Como o assunto do momento ainda é futebol, o site da Fifa (Federação Internacional de Futebol Associado) se propõe a explicar como define seu ranking de seleções. A Fifa separa os jogos em cinco níveis: Copa do Mundo, eliminatórias da Copa, competições oficiais continentais, eliminatórias destes torneios e jogos amistosos. Mas este é apenas o ponto de partida de um cálculo tão extenso quanto complicado. O site oficial da federação (www.fifa2.com), em espanhol, destrinchou o esquema. A matemática utilizada é de mestre, mas com um pouco de paciência qualquer um entende o esquema. FA

Dos LEITORES

Coerência

Parabéns pelas matérias, diagramação, apresentação e diversidade de assuntos da **FENAE AGORA**. É coerente com o nível da maioria dos empregados da CEF e também com uma gama de leitores para quem vocês enviam, como observei na seção "Dos Leitores". É um orgulho esta revista ser nossa. Orgulho-me por vocês e por ser um de vocês.

Maria Cristina de Miranda Henriques
Recife (PE)

Construção

Parabenizamos a diretoria da FENAE pela idéia da atual publicação e nos sentimos honrados em receber seus exemplares, que sem dúvida serão úteis para nosso trabalho junto à organização dos trabalhadores na indústria da construção civil.

Sindicato dos Trabalhadores na
Indústria da Construção Leve,
Pesada e do Mobiliário de
Parauapebas (PA)

Referência

Recebemos e agradecemos o envio da revista. Solicitamos a gentileza de enviar a Biblioteca Central da Universidade da Amazônia, a título de cortesia, todos os números já editados para que possamos completar nossa coleção e ao mesmo tempo disseminar as informações contidas neste periódico à comunidade em geral. Outrossim, desejamos permanecer na lista das instituições que recebem periodicamente a referida publicação. Biblioteca Central da Universidade da Amazônia - Unama
Belém (PA)

Rádio

Agradecemos o envio do mais novo número da revista **FENAE AGORA**. A revista tem contribuído para o nosso programa "Rádio show", levado ao ar diariamente, dando-nos a oportunidade de divulgar o outro lado da informação, vista pela ótica dos trabalhadores.

Paulo Henrique Santos Tavares
Diretor-gerente da rádio Jacarandá
Eunápolis (BA)

Objetividade

Acusando o recebimento da revista **FENAE AGORA**, parabeno a equipe pela qualidade da publicação e objetividade dos assuntos enfocados. Agradeço a remessa, formulando votos de que continue encontrando muitos êxitos

Governador Manoel Gomes Barros
Maceió (AL)

Tratamento

Com os nossos melhores cumprimentos, acusamos e agradecemos o envio de um exemplar da revista **FENAE AGORA**. Parabenizando-o pelos trabalhos, aproveitamos para cumprimentá-lo pela escolha e tratamento das matérias. Na oportunidade, colocamos nosso gabinete à sua inteira disposição

Deputado federal De Velasco
Prona-SP

Qualidade

A par dos meus cumprimentos, acusando o recebimento da revista, cumpre-me apresentar os meus agradecimentos pela deferência, parabenizando pela qualidade do trabalho. Deputado federal Luiz Durão
PDT-ES

Educação

É com grande satisfação e orgulho que notificamos o recebimento da revista. Material muito rico para os trabalhadores em educação de nosso sindicato, pois sempre buscamos textos que possam ajudar no processo ensino-aprendizagem, esta revista chegou, e chegou pra valer. Maria Antonia Conceição de S. Kuendig
Presidente do Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Maracaju (MS)

Em frente

Agradecemos pela atenção prestada ao nosso sindicato com o envio desta tão competente revista. Parabenizamos a FENAE pelo trabalho que vem engrandecer a cultura dos que a lêem, assim como este pequeno sindicato engravado no interior do alto sertão da Paraíba. Prossiga, continue, continue sempre

e nunca pense em parar.

Sindicato dos Empregados em
Estabelecimentos Bancários
de Catolé do Rocha (PB)

Pesar

Não poderia deixar de usar este meio de comunicação com os demais colegas da Caixa para levar ao conhecimento de todos a perda que tivemos no último dia 12 de junho. Refiro-me à morte do colega demitido da CEF, Pedro Rockenbach, que ganhou notoriedade em nível de Caixa por sua tenacidade em denunciar as improbidades de alguns dirigentes da empresa. O Brasil carece de muitos Pedro Rockenbach. Porém, este único que tive o prazer de conhecer nos deixou um pouco órfão e despertou em muitos dos nossos colegas a honradez e dignidade de lutar pela causa justa, como a jornada de seis horas e os intervalos de 10 minutos a cada 50 trabalhados para que a LER não nos aleije aos poucos.

Por todas estas lutas, Pedro Rockenbach talvez tenha sido demitido por justa causa e a justiça tardia dos homens não nos deu o prazer de vê-lo reintegrado aos quadros desta nossa CEE. Mas nossa luta aqui continua. Outros Pedros virão, com certeza. Sebastião Rufino dos Santos
Rio de Janeiro (RJ)

Saldanha

No dia três de julho, se vivo fosse, estaria completando 82 anos de idade o inesquecível João "sem medo" Saldanha, jornalista, crítico e técnico de futebol de primeira linha, homem de respeito. Entre milhões de torcedores apaixonados do Botafogo espalhados pelo Brasil, João Saldanha e Carlito Rocha são incomparáveis. No céu e na terra, sempre, com o "Glorioso" para outras glórias. Fernando Egypto Bezerra
Petrópolis (RJ)

■ Agradecemos as contribuições enviadas por Antônio Carlos Estevam, empregado aposentado da Caixa de Ubá (MG)

Há 28 anos...

Mostra cultural reúne associações

Alagoas sediou, em março de 1980, a I Mostra das Associações de Economiários. O evento cultural foi paralelo à IX reunião anual da FENAE. "A mostra inclui flâmulas, jornais, troféus e documentos históricos das várias associações presentes à reunião", dizia o FENAE Notícias de abril daquele ano.]

Amostra foi coordenada pelo artista plástico José Luiz Visconti, o Zello, que também montou "Ensaio colonial". A exposição de Zello "é uma viagem dentro de uma cidade imaginária, inspirada em Ouro Preto, na qual igrejas são recriadas dentro de uma visão caleidoscópica e tradições de outras partes do país são incorpo-



radas ao ambiente colonial. A intenção é alargar

a imagem visual que se tem da cidade, num clima surrealista e assim chamar a atenção para a destruição da arquitetura colonial".

Zello foi empregado da Caixa e figura controversa no movimento cultural de Minas Gerais, sua terra. Suas obras rodaram o mundo, sendo expostas na Espanha, Áustria, França, Alemanha e grande parte das capitais brasileiras.

Federação - A reunião da FENAE reelegeu mais uma vez Arthur Ferreira de Souza Filho como seu presidente. Assim, o "professor Arthur" entrava em sua primeira década como presidente da Federação dos empregados da Caixa.

NOSSOS PERSONAGENS

Balaiada: revolta contra as falsas mudanças

Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, o Balaio, tornou-se símbolo da rebelião popular ocorrida no Maranhão e em parte do Ceará e Piauí entre 1838 e 1841, na qual se envolveram agricultores e vaqueiros ultrajados, escravos em fuga, soldados desertores, posseiros e artesãos ludibriados pela independência - uma miragem que não satisfizera a seus elementares anseios de liberdade, de igualdade e de fraternidade.

O fato de o Brasil ter se tornado independente de Portugal não mudou absolutamente nada na vida daquelas pessoas, que se atiraram à luta para vingar prisões injustas, acabar com a extorsão fiscal, reparar o furto legalizado, livrar-se de per-

seguições, desforrar imerecidos castigos e, enfim, para brigar contra o rico, o poderoso, a autoridade.

Balaio se levantara em Pau d'Estopa para lavar a honra ultrajada na pessoa de uma filha que fora violentada pelo oficial legalista capitão Antônio Raimundo Guimarães. Desde então, a rebelião passou a ser chamada de Balaiada.

A revolução levantou mais de 10 mil homens e sua extinção exigiu a espada do coronel Luís Alves de Lima e Silva, o fu-



turo Duque de Caxias e patrono do Exército. Nomeado pela Regência, o novo presidente e chefe militar da província do Maranhão, o então coronel reorganiza as tropas oficiais em três colunas volantes e passa a combater os rebeldes, forçando-os a abandonar as áreas conquistadas. Depois de algumas batalhas

- em uma das quais morre o líder Balaio -, as tropas retomam Caxias. Outros líderes, como Raimundo Gomes e Cosme Bento, são presos e enforcados. **FA**

O que nós temos a ver com isso?

*Os buracos nas estradas, as ruas escuras, as filas nos hospitais
e a falta de vagas nas escolas públicas têm responsáveis*



ORÇAMENTO

O que tem sido feito do dinheiro dos tributos que pagamos? E o que tem a ver Orçamento Público com as necessidades prementes da população? As queimadas, a seca, as epidemias, o aumento da mortalidade infantil, a deterioração do ensino e inúmeros outros problemas estão aí sem a resposta exigida pela sociedade, o que nos leva a mais uma pergunta: falta recursos ou falta sintonia entre as prioridades do cidadão e as dos políticos?

No papel, tudo funciona com a maior perfeição. Os eleitos para as funções executivas apresentam aos detentores de mandato legislativo suas propostas orçamentárias, prevendo os recursos e fixando as despesas. Depois de aprovado o Orçamento pelo Legislativo, os governos passam a gastar o que foi aprovado. Para deixar o esquema ainda mais redondinho, existem ainda os tribunais de contas, que controlam os gastos, juntamente com o Congresso, as assembleias legislativas e as câmaras de vereadores.

Afora os sonegadores contumazes, que vivem sob o manto do poder, os contribuintes cumprem religiosamente suas obrigações, na maioria das vezes de forma compulsória, como é o caso do Imposto de Renda do assalariado, da contribuição previdenciária e do imposto sobre o consumo. IPTU e IPVA são também obrigações das quais não se pode fugir.

Mas, do lado do poder público, a coisa fica obscura. O cidadão não consegue ver para onde está indo o dinheiro dos impostos.

Controle Pela Constituição, o controle externo do Orçamento da União, a cargo do Congresso Nacional, "é exercido também pelo Tribunal de Contas da União. Dos nove ministros do Tribunal, um terço é nomeado pelo Presidente da República e dois terços pelo Congresso. A Carta Magna diz ainda que "as normas estabelecidas aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos tribunais de

contas dos estados e do Distrito Federal, bem como dos tribunais e conselhos de contas dos municípios".

Na prática, o que se constata é que as funções dos tribunais de contas tornam-se simbólicas diante de comportamentos abusivos dos executivos. Assim como no Supremo Tribunal Federal e demais instâncias do Judiciário, as nomeações e promoções feitas por quem deveria ser fiscalizado criam relações de dependência dos tribunais de contas com os políticos.

O Congresso, as assembleias legislativas e câmaras municipais, por sua vez, sucumbem passivamente frente às manipulações indevidas dos orçamentos, por parte dos poderes executivos. Exemplo disso foi o pacote econômico baixado pelo governo federal em novembro de 97. Num flagrante desrespeito ao Congresso, apenas duas das 51 medidas vieram através de projeto de lei - as demais foram por decreto.

Sem saber quais programas seriam atingidos com o corte de R\$ 2,2 bilhões no Orçamento para 98, a Comissão de Orçamento ameaçou manter seu calendário e votar a proposta original, sem os cortes previstos. Os parlamentares foram então informados que as mudanças poderiam

ser feitas sem problemas pelo Ministério do Planejamento, depois da aprovação do Orçamento de 1998 pelo Congresso, já que os cortes poderiam ser executados por decreto presidencial, sem necessidade de aval do Legislativo.

À época, o presidente da Comissão de Orçamento, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), admitiu em "O Estado de São Paulo", edição de 12 de novembro de 97, de forma mais que resignada, que "eles podem mudar de qualquer jeito, porque o Orçamento votado por nós é apenas autorizativo". Trocando em miúdos, a opinião de quem deveria representar a sociedade não precisa necessariamente ser levada em conta.

Cidadania Quando torna-se evidente a impossibilidade de o exercício da cidadania se dar pela simples representação parlamentar, ga-

O cidadão
não vê o
resultado
do que paga

Entenda como funciona o orçamento

Na área federal existem os orçamentos fiscal, monetário, previdenciário, das estatais e dos bancos oficiais.

Para a ABOP, é no chamado Orçamento monetário que as autoridades econômicas buscam autonomia ainda maior de gestão, centralizando uma série de operações importantes, o que "torna obscura a real situação das finanças federais e dificulta o controle externo pela fragmentação dos instrumentos de representação".

A Constituição prevê a participação parlamentar na elaboração do Orçamento da União, através da apresentação de emendas à proposta enviada ao Congresso pelo Executivo. Foi por aí que proliferaram as fraudes que levaram à instalação da CPI do Orçamento, em outubro de 1993.

Eram dois os esquemas de fraude. O primeiro era o desvio de verbas destinadas a entidades assistenciais ou culturais. Os parlamentares desviavam parte dessa verba para determinadas entidades, muitas delas de fachada, em troca de uma porcentagem.

O segundo esquema contava com a participação de empreiteiras, que subornavam parlamentares para que estes destinassem verbas para suas obras. As comissões variavam entre 5% e 20% do valor envolvido.

O relatório final da CPI contemplou duas sugestões básicas: mudança na forma de elaboração do Orçamento e fim das imunidades parlamentares para crimes comuns de corrupção. No entanto, pouca coisa mudou. Foram criadas as subcomissões temáticas e passou a haver limite para o valor das emendas individuais. O fim da imunidade continua em discussão no Congresso.



nham espaço as experiências em Orçamento Participativo. É o que demonstra o estudo publicado na revista nº 34 da Associação Brasileira de Orçamento Público (ABOP), de autoria do mestre em economia pela EAESP/FGX Carlos A. C. Ribeiro, e do auditor fiscal do Tesouro Nacional (pós-graduado em economia pelo IPE/USP), Walter T. Simon, onde são analisadas as práticas adotadas pelas cidades de São Paulo, Santos e Jaboticabal, a partir de 1988.

De acordo com os pesquisadores, estas cidades deram o primeiro passo no sentido de atender às demandas da comunidade, com a adoção da participação popular na elaboração do Orçamento. Nos três casos, as propostas de orçamentos participativos partiram da implantação de orçamentos-programas, de orçamentos por projetos, e seguiram metodologias bastante semelhantes, adotando ora o processo dedutivo ora o indutivo.

O processo dedutivo parte de uma proposta orçamentária da administração, que é submetida às audiências públicas, onde são colhidas as sugestões populares. No indutivo, a primeira etapa consiste em ouvir a opinião popular em audiências públicas, abertas a qualquer interessado.

Para os pesquisadores, "pode-se pensar o orçamento participativo como uma inovação no cenário das finanças públicas no Brasil". Eles ressaltam que um dos princi-

pais objetivos da participação popular "é democratizar o conhecimento do Estado e sua apropriação pela sociedade, através da promoção da cidadania".

O Orçamento Participativo já se tornou também uma marca do governo do Distrito Federal e das administrações de Porto Alegre (RS), Ipatinga (MG), Santa Barbara d'Oeste (SP), Salvador (BA), entre outras.

As inovações nas práticas orçamentárias têm paralelo em cidades de outros países,

como Yokohama (Japão) e Portland (EUA). Em Yokohama, utiliza-se o Kocho Katsudo, ou "atividade extensiva de escuta", um mecanismo que busca assegurar que os moradores sejam ouvidos na elaboração de políticas públicas e do orçamento municipal.

Já a cidade de Portland estabeleceu em 1984 a ONA (Office Neighbourhood Associations), marco que veio a tornar-se um dos maiores e mais complexos sistemas institucionais de interação com o público. Através das associações de bairros filiadas à ONA, foram constituídos os comitês de assessoramento orçamentário, formados por cidadãos voluntários.

Para Carlos Ribeiro e Walter Simon, tanto no Brasil como em outros países o desafio é institucionalizar as experiências em processos participativos, de forma que o orçamento "perca o estigma de 'caixa preta' e passe a refletir de modo mais acurado as demandas da municipalidade".

Audiências
públicas
apresentam
as sugestões

Participação aberta a todos

As experiências comprovam que as comunidades sabem o que necessitam

Em 25 de outubro de 1989, foi implantado oficialmente no Distrito Federal o assentamento Samambaia, para abrigar famílias carentes oriundas de invasões e fundos de quintais. Surge então mais uma das chamadas cidades-satélites de Brasília, hoje com mais de 160 mil habitantes.

A partir de 1995, a administração de Samambaia foi assumida pelo então diretor do Sindicato dos Bancários de Brasília, Jacques Pena (ao microfone, na foto) e passou a adotar - a exemplo de todas as demais cidades do DF - o Orçamento Participativo como forma de levar a população a interferir na decisão de onde, como e quando aplicar os recursos financeiros.

Jacques lembra que antes o Orçamento era elaborado dentro dos gabinetes, "vendendo-se à comunidade a idéia da importância das obras do governo com justificativas técnicas, que, em geral, encobriam outros interesses".

Nas plenárias do Orçamento Participativo, o cidadão aponta três prioridades a serem encampadas pela administração, elege os delegados para o fórum de de-

legados da cidade (um para cada 10 pessoas) e também os conselheiros para o Conselho do Orçamento Participativo do DF (um para cada 50 pessoas).

O Conselho do Orçamento Participativo do DF define o montante de recursos para cada cidade e o fórum de delegados locais decide o que será feito levando em conta as prioridades indicadas nas plenárias.

No ano passado, Samambaia ficou em primeiro lugar em participação popular. Das 16 plenárias realizadas, participaram mais de oito mil pessoas. Ao todo, foram eleitos 844 delegados.

A cidade possui 118 quadras (tipo quarteirões) e para cada plenária são convocados os moradores de 10 a 12 quadras diferentes. A convocação é feita através de panfletos e por uma carro de som. O contato com a comunidade é feito também através do programa Administrador nas Quadras, oportunidade em que o cidadão recebe informações sobre o que é o Orçamento Participativo e é atendido naquilo que a administração não depende de recursos orçamentários.

Entre as principais obras realizadas em Samambaia, a partir do

Orçamento Participativo estão a construção de seis novas escolas (três de primeiro grau e três de segundo), ampliação das escolas antigas (cinco a seis novas salas cada uma), construção de dois centros de saúde, asfaltamento na quadra 431, duplicação da rodovia que passa ao lado da cidade e iluminação das vias de ligação com Brasília. Algumas obras indicadas pela comunidade no Orçamento Participativo 1996/97 estão sendo executadas este ano, como as de drenagem pluvial e pavimentação asfáltica nas quadras 100,300 e 500.

Segundo Jacques Pena, está garantida a execução de todas as obras, inclusive as que exigem prazos mais longos para conclusão e comprometimento de recursos do ano seguinte. **FA**



Durante quase 500 anos de existência, o Brasil foi sacudido por choques, pacotes e planos econômicos ortodoxos e heterodoxos. A meta do desenvolvimento invadiu o país por décadas a fio. A partir dos anos 80, no entanto, a prioridade passou a ser a estabilidade. Um único objetivo esteve no centro de todos esses planos de estabilização e apertos monetários: o combate ao dragão da inflação, visando sanear o bolso daquele que paga a conta.

Dentro dessa ótica, e como uma novela que se arrasta desde primeiro de julho de 1994, o governo federal criou o plano Real, que foi o maior cabo eleitoral do presidente Fernando Henrique Cardoso, quando deixou o Ministério da Fazenda para disputar a Presidência da República. O Real surgiu numa época em que o país já havia experimentado tentativas fracassadas de estabilização, com o Cruzado (1986), Bresser (1987), Verão (1989), Collor I (1990) e Collor II (1991).

"A única coisa que o novo plano fez foi acabar com a inflação. Só que a políti-

ca adotada pelo governo tem perfil neoliberal, ao privilegiar as privatizações e a dependência ao capital estrangeiro. E isso estrangula a economia brasileira", explica o economista Paul Singer, professor-titular da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo. Essa opinião não é compartilhada pela deputada Yeda Crusius (PSDB-RS), para quem os benefícios trazidos pelo Real têm um custo. Ela diz que, com o novo plano, a população pobre pôde comprar eletrodomésticos e alimentos e isso foi possível porque o governo abriu a concorrência dos que produzem essas mercadorias, inclusive no exterior.

Déficit

Quatro anos depois, o Brasil conseguiu alcançar taxas de crescimento econômico autossustentáveis com o plano Real? É duvidoso que isso tenha acontecido. De 1994 para cá, o setor público viu seu déficit in-

char, beirando hoje 7% do PIB. Provoca essa situação a política de âncora cambial, articulada aos juros altos e abertura comercial indiscriminada. "Os sucessivos déficits no balanço de pagamentos geraram uma realidade praticamente impossível de ser administrada. Isso requer

que o Brasil tenha um grande ingresso de dólar para cobrir os recursos que saem e o rombo novo", denuncia o economista Décio Munhoz, professor-titular da Universidade de Brasília.

O futuro do plano Real continua indefinido. Inadimplência bancária gene-

ralizada, desemprego recorde, baixo crescimento econômico, arrocho salarial e empresas quebradas. Não importa o nome ou o cenário. Para Paul Singer, esse processo de exclusão social se alastra e pode vir a provocar, mais cedo do que se imagina, uma situação de crise social sem precedentes na história republicana do país. 

A exclusão
social pode
provocar
uma crise

FA

4 Comemora

anos de REAL



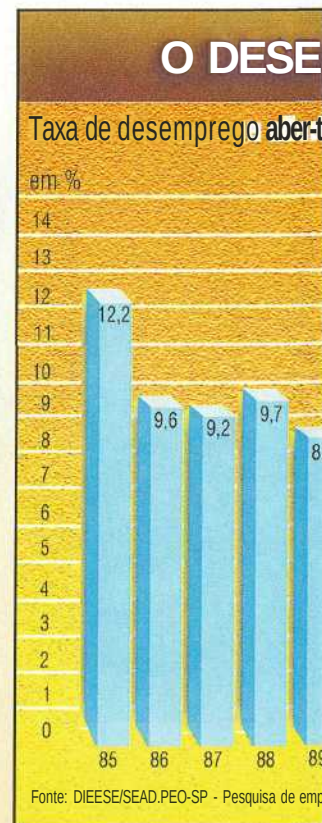
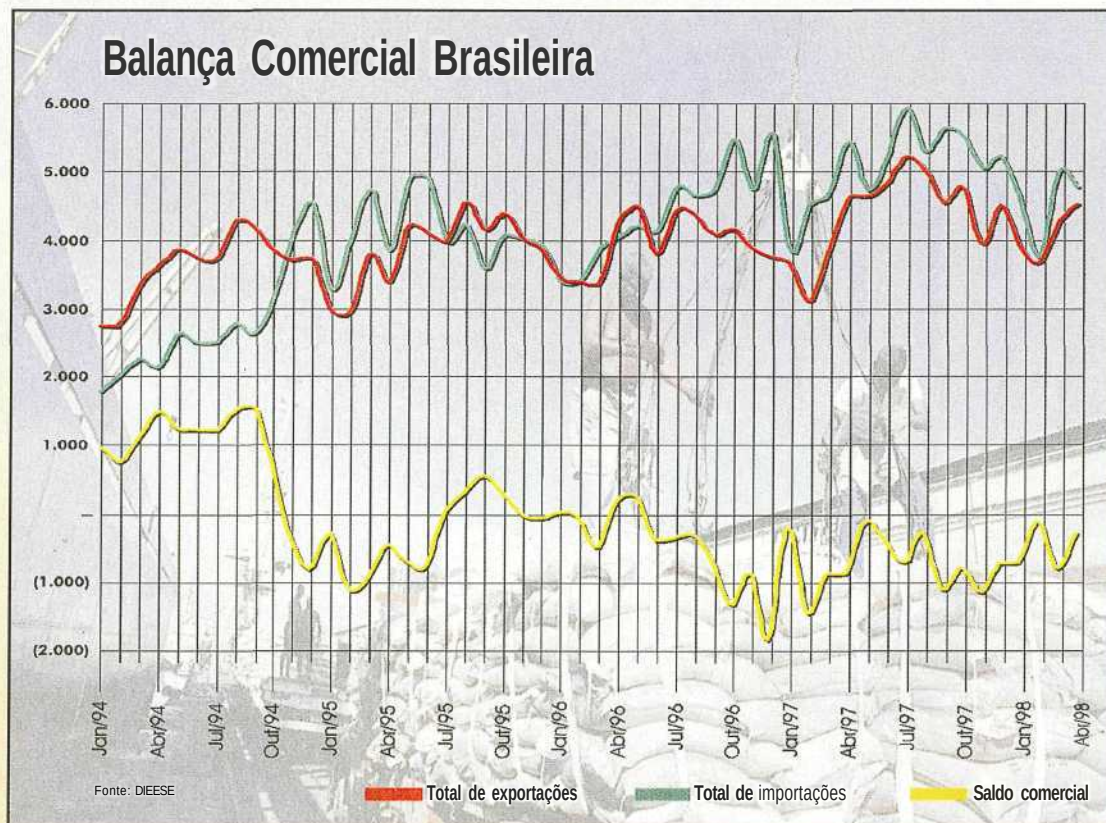
ar o quê?

■ Antônio José Reis

BOLSA do RIO

A crise asiática e a instabilidade do capital internacional especulativo afetam as bolsas de valores e ameaçam as economias mais frágeis

Nem tudo são flores nestes quatro anos



"O dinheiro mal dá para pagar as despesas"



Camada mais pobre da população passa apertos e não come frango ou iogurte

Quando o plano Real foi lançado, há quatro anos, o vigilante Francisco das Chagas Prazeres de Melo tinha uma renda familiar de R\$ 462,00. Esse salário mal dava para cobrir suas despesas mínimas com alimentação, aluguel e outras necessidades (dele, da mulher, que não trabalha, e do casal de filhos). Ele fazia bicos para sobreviver, uma saída frente aos apertos salariais cotidianos.

Com a estabilidade da moeda, a rotina de Francisco das Chagas pouco mudou. Seus rendimentos estão, hoje, na

faixa de R\$ 529,00. Não paga mais aluguel, mas em compensação o dinheiro mal dá para manter as despesas de casa com água, luz, telefone e material escolar. Pesa no seu bolso a feira do mês, com produtos da cesta básica e outras despesas alimentares, que consome mais de R\$ 300,00. Continua consumindo apenas o básico, que não inclui algumas vezes frango, iogurte, rapadura e alguns outros gêneros alimentícios.

Francisco das Chagas é um dos tantos brasileiros, morador da periferia de Brasília (cidade-satélite de Santa Maria), obrigado a conviver com os efeitos colaterais do plano Real: salários aviltados, falta de investimentos na área social e ameaça do desemprego. Esse plano e suas consequências representam, hoje, a pedra de toque do país. É nele que o atual governo se apóia para garantir que tudo vai bem, porque a moeda está estabilizada. Não pensa dessa maneira o professor Dércio Munhoz, da UnB. Segundo ele, o desequilíbrio externo incontrolável e o desequilíbrio interno das finanças públicas vêm decompondo tanto a base econômica como a política. "Não se tem como manter um plano que reforça a estabilidade da moeda, mas gera desemprego alto, perda de salário muito grande, mercado interno enfraquecido e quebraadeira de empresas, Estados e uma necessidade de dólares que não têm como ser emprestados indefinidamente". Munhoz afirma que, enquan-

to o econômico se desmorona, o apoio político ao governo também se fragiliza.

Tapete

A poucos meses das eleições de outubro, o governo federal tenta esconder a sujeira embaixo do tapete. Na tentativa de recuperar-se do desgaste político causado pela desaceleração da atividade econômica e pelo aumento do desemprego, o presidente Fernando Henrique Cardoso faz uma cruzada pelo país na busca desesperada de abrir terreno ao seu projeto de continuar no Palácio do Planalto por mais quatro anos.

Só que os ganhos sociais com o fim da inflação são discutíveis. Uma questão preocupa o professor Munhoz: o ajuste externo. "Os ganhos que se pode ter tido com a estabilidade perdem-se no momento em que os credores do Brasil exigem que seja feito o ajuste. Um programa de ajustes significa recessão, com corte de gastos. E isso, como conse-

quência econômica e social, aumenta o desemprego a partir de um nível já alto e reduz ainda mais a massa salarial a partir de uma situação com salários aviltados". O economista da UnB aponta que essa experiência é nova e preocupante, porque não há garantias de que se consiga manter o controle interno. "E com isso haverá implicações de natureza institucional". Ele defende uma saída: fazer o ajuste externo assegurando emprego e salário em patamares superiores ao atual, como for-



Ganhos sociais
com o fim da
inflação são
discutíveis

FA

ma de ativar a economia para não se correr o risco de perder o controle da situação.

A história do plano Real é a própria história do atrelamento do Brasil aos capitais externos. É verdade que não se trata de um fenômeno do presente, mas de uma perversa continuidade. Acontece que os primeiros investimentos americanos no Brasil foram feitos em 1860. A partir daí e após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos consolidaram a sua dominação sobre o país, da economia à cultura. Na década de 70, no auge do regime militar, essa dependência era tão escandalosa quanto a atual. Tanto que foi registrada por um grafiteiro de São Paulo com o seguinte bordão: "Brasil: quem USA sou EEUU".

Ademais, o saldo de quatro anos de crise aguda, no tocante às finanças públicas, em que o plano Real jogou o país após 1994 é dramática. A dívida pública mobiliária federal, que era de R\$ 61 bilhões quando Fernando Henrique tomou posse, atinge hoje a cifra de mais de R\$ 288 bilhões. Nas contas externas, a situação é igualmente calamitosa. O saldo comercial de US\$ 13,3 bilhões (dados de 1993) foi destruído e passou a acumular, em 1997, um déficit de US\$ 8,5 bilhões. Os investimentos externos diretos cresceram de maneira acelerada, especialmente para privatizações, fusões e aquisições. Resultado: o país ficou ainda mais dependente do capital especulativo e com imagem lá fora bastante abalada.

Penúria Globalização e privatização de estatais têm sido os nomes mágicos de uma política ditada por Fernando Henrique Cardoso para aliviar a penúria dos cofres governamentais. O economista Décio Munhoz diz que o governo brasileiro usa a globalização para justificar uma abertura comercial, que, na verdade, pretende importações baratas para segurar os produtos internos. Isso é feito, segundo ele, com redução de custos da produção interna, substituindo componentes dos produtos nacionais por estrangeiros, como forma de impedir aumento de preços nas mercadorias das

empresas brasileiras. "Fala-se em globalização total, mas essa abertura não pode ser vista como tal. Trata-se, isto sim, de uma abertura para manter artificialmente estabilizada a moeda".

No caso da privatização, a realidade não é menos cômoda. A partir de 1995, com o início do novo governo, o Programa Nacional de Desestatização (PND), instituído em 1990, ganhou novo impulso e tornou-se um dos pilares de sustentação do plano Real. Até agora, o governo FHC desestatizou 23 empresas e realizou concessões de serviços públicos à iniciativa privada nos setores de eletricidade, petróleo, transporte e telecomunicações. Com a venda de estatais, só na área federal, o governo arrecadou R\$ 17,95 bilhões, sendo que a maior parte desse dinheiro foi gasta no abatimento da dívida interna.

Pérolas

Como ironia do destino, a elevação dos juros a patamares estratosféricos trouxe, como resultado direto, o crescimento exponencial da dívida pública interna e a deterioração das contas externas do Brasil. Para fugir dessa ciranda, muitas empresas nacionais recorreram ao mercado externo nos últimos quatro anos, tomando dinheiro emprestado. Do lado governamental, a meta é pisar fundo no acelerador das privatizações, colocando à venda pérolas cobiçadas como a Petrobras e a Telebrás.

"O governo conseguiu mudar a Constituição para a entrada do capital estrangeiro na área das privatizações", analisa o economista Paul Singer, para quem o pior caso de privatização ocorreu no setor de saneamento básico e energia elétrica. Ele cita um exemplo: o da Eletropaulo, em São Paulo. "A Light se recusou a assinar o contrato caso não fosse derrubada a chamada tarifa social. Um processo típico de exclusão que o governo vem provocando. Não se pode deixar pessoas pobres sem os serviços básicos", denuncia o professor da USP.

A desvalorização do real frente ao

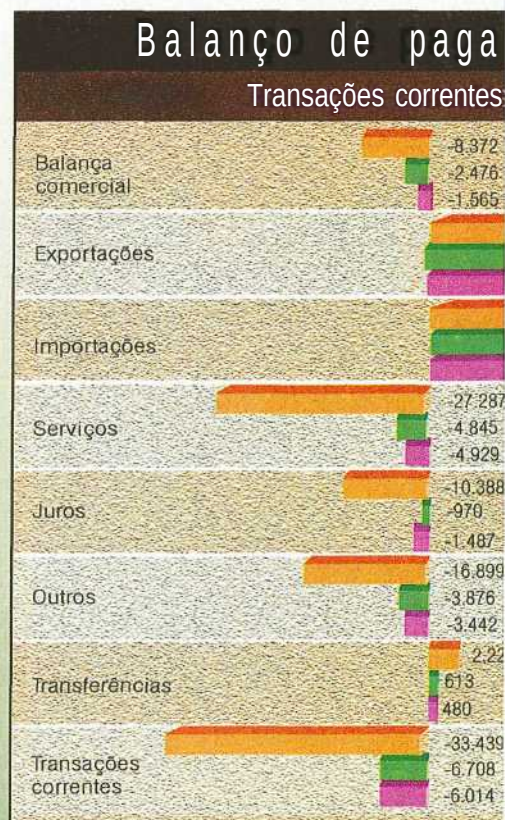
dólar, uma medida que pode tornar os produtos nacionais mais competitivos, é uma solução que o governo descarta. A resistência em adotá-la é grande e para isso alega-se ser mais importante assegurar a continuidade do plano Real. Reforma fiscal, importações em menor escala e estímulo às exportações são exem-

plos de medidas que poderiam ser adotadas para acabar com o crescente déficit na balança comercial. Segundo os especialistas, a persistir a atual política de sobrevalorização cambial e do uso em larga escala do endividamento externo, para financiar a suposta ampliação do

consumo, fica cada vez mais difícil ao país subir os degraus rumo a um desenvolvimento sustentado, com distribuição de renda e geração de emprego.

Até agora 23
empresas
foram
privatizadas

A queda da in





A valorização artificial do real e as altas taxas de juros internas prejudicam as exportações dos produtos brasileiros

lação é o único dado relevante no período

mentos 97/98

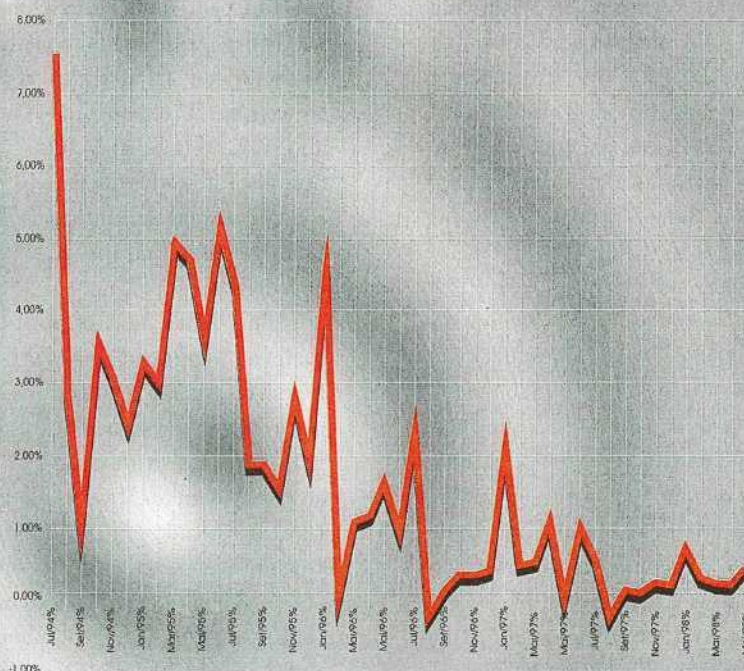
- US\$ milhões



Jan-dez 97
Jan-mar 97
Jan-mar 98

Fonte: DEPEC/Banco Central

Inflação (jul/94 a mai/98)



Elaboração: DIEESE

Obs. Em julho/94 utiliza-se a série ICV-r

O Brasil vem decaindo no comércio internacional

Em 29 de junho, durante o anúncio da nova fase do programa Brasil em Ação, o presidente Fernando Henrique Cardoso defendeu um governo voltado para o mundo globalizado e não para políticas dirigidas ao próprio umbigo. Com FHC não concorda Márcio Pochmann, economista do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp. Ele garantiu, em recente artigo para a revista "Teoria & Debate", que a política macroeconômica do governo federal faz com que o país perca participação no comércio mundial (as exportações atuais têm menor participação relativa no total mundial que nos anos 80), crescendo a absorção de bens e produtos importados.

Para Pochmann, a privatização de estatais ocorre desarticulada dos investimentos, repetindo-se a realidade dos anos 50, "quando predominava a lógica de buscar o lucro incessante através de equipamentos obsoletos em setores estratégicos nacionais". Nesse sentido, segundo ele, o desemprego elevado e a maior precarização das condições de trabalho seriam resultados diretos da orientação geral da política macroeconômica. Pochmann é da opinião de que o projeto nacional de reinserção no mundo globalizado não reverte a situação de desintegração da cadeia produtiva, porque o volume de emprego permanece inalterado desde 1993. "O movimento de exclusão da população economicamente ativa convive com maior dependência da economia nacional em relação ao mundo globalizado".

Desemprego e dé as maiores vítima

Os indicadores sociais negativos e os rombos nas contas

Os números mostram: elevadas taxas de desemprego, déficit público, dependência ao capital estrangeiro, juros altos e pequeno crescimento da atividade econômica são resultados diretos da adoção do plano Real quatro anos atrás. Entre o segundo semestre de 1994 e o primeiro semestre deste ano, a inadimplência no comércio de São Paulo cresceu 354,14%, constituindo-se em mais um novo recorde.

Em quatro anos de Real saltaram de 518.633 para 2.355.312 os registros do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC). Esses números constam em balanço divulgado pela Associação Comercial de São Paulo. Aumento foi registrado ainda no setor de falências e concordatas, crescendo 150% (concordata) e 148,9% (falências). Os títulos protestados de empresas privadas têm sido altos do Real para cá, chegando a mais de 80%.

Filho siamês desse cenário foi o programa de saneamento do sistema financeiro privado. O Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro (Proer), lançado em novembro de 1995, consumiu cerca de R\$ 20 bilhões dos cofres públicos, beneficiando instituições como Econômico, Nacional e Bamerindus. Especialistas afirmam que

situações como a do Proer revelam que o déficit público, hoje um dos maiores problemas do Real, possui caráter extraorçamentário e não é o responsável solitário pela expansão do endividamento do governo.

Reestruturação Para a deputada Yeda Crusius,

do PSDB gaúcho, a reestruturação do sistema financeiro foi um mal necessário. Ela acha, diferentemente dos críticos do Real, que o Proer financiou a diminuição do setor bancário, via dinheiro das contas bancárias (privado), que passou de 14% a 7% do Produto Interno Bruto (PIB). "Isso não significou privilégios como muita gente fala, pois temos de entender que não apenas o

setor financeiro, mas alguns outros, perderam com o fim da inflação. É preciso que se continue a financiar dívidas do passado, a fim de que o crédito se torne limpo e passe a financiar atividades produtivas, para que o governo não tenha mais necessidade de as-

sumir dívidas antigas que acarretem em aumento de sua própria dívida", analisa a parlamentar.

Outro calcanhar-de-Aquiles do programa de estabilização da nova moeda tem sido o déficit em conta corrente, que



ficit público: s do Real



dos governos são as maiores dores-de-cabeça de FHC

não inclui só a balança comercial, mas serviços e outras contas. Até maio de

1997, o déficit em conta corrente, com perfil cumulativo, chegou a US\$ 31 bilhões. A experiência mostra que a continuidade indefinida desse déficit inibe a ação do governo em suas políticas fiscal, monetária e cambial. Com isso, depois de quatro anos de Real, torna-se grande o risco da economia brasileira voltar à estaca zero. 



Eneraldo Carneiro/Documenta

Dieese aponta salário mínimo necessário de R\$942,09

O salário mínimo no Brasil pós-Real continua pequeno e insuficiente para suprir as necessidades básicas de uma família de quatro pessoas. O valor atual é de R\$ 130,00. O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) estima que em maio seu valor deveria ser de pelo menos R\$ 942,09. Dinheiro esse minimamente necessário para custear despesas com alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e Previdência.

Desde a sua criação, em 1940, o salário mínimo tem passado por fases bem distintas. Seu processo de consolidação compreende o período de 1940 a 1951. No início da década de 50, seu poder aquisitivo representou em média 63% do de julho de 1940. A fase de 1952 a 1964 ficou conhecida como de recuperação, época em que o mínimo apresentou em média índice 4% superior ao de julho de 1940. De 1965 a 1998, passando pelo "milagre econômico", o salário mínimo perdeu poder de compra e tem sofrido, durante esse tempo,, o maior arrocho nos seus 58 anos de existência.

Em maio deste ano, segundo o Dieese, o avanço no preço da cesta básica comprometeu o salário mínimo em mais de 81,77%. Os produtos da cesta básica ficaram mais caros em 13 capitais do país, um aumento provocado pela pressão do feijão e do arroz (itens que maior participação têm no consumo do brasileiro). Esse cenário mostra que o Brasil chega ao fim do milênio com um dos piores perfis de distribuição de renda de todo o mundo.

Sistemática de saque do FGTS

Tramitam no Congresso Nacional dezenas de projetos que disciplinam a sistemática de saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Uma das propostas prevê a retirada do FGTS nas seguintes hipóteses: falência da empresa, aquisição de terreno urbano ou rural destinado a construção da casa própria, financiamento concedido por fundo de pensão, pagamento de mensalidade escolar, mudança do regime jurídico de trabalho, tratamento de portadores de HIV, constituição de microempresa e catástrofes da natureza (como secas e enchentes).

Ordem do dia

Se o governo não enveredar pelo caminho das medidas provisórias, o debate sobre a regulamentação da reforma da Previdência (a "Reforma II") tende a ser mais polêmico, já que o eixo das discussões passará pelo crivo do modelo previdenciário para o país e não mais pela idade mínima ou direito adquirido. Logo depois das eleições, temas como Previdência privada, administração dos recursos do INSS e fundos de pensão para os servidores públicos vão estar na ordem do dia no Congresso Nacional.

Lacerda acusou o presidente da Panair de tudo quanto é coisa, até mesmo de ter usado os aviões para trazer contrabando para dona Alzira Vargas. Mas meses depois do ocorrido, Lacerda confessou: "Não era contrabando nada, coitado! Era patê, champanhe, essas gentilezas". Só que essas invencionices de Lacerda deram certo. O presidente da Panair saiu desmoralizado da CPI e negociou com os trabalhadores em greve, pondo um fim ao movimento. 

Jeito tihoso

Com um jeito tihoso, durante a audiência pública de Sérgio Cutolo (presidente da Caixa Econômica Federal) na Câmara Federal, no final de maio, o deputado Ayrton Xerez (PSDB-RJ) fez o seguinte comentário a respeito das denúncias de uso irregular da CEF para aprovação da reforma da Previdência: "Nunca fui sondado, solicitado, pedido, para ganhar qualquer vantagem em troca de voto algum. Sempre votei, votei algumas vezes até contristado pela precariedade, pauperidade, pobreza da proposta que nos era apresentada para votar. Agora, seleção brasileira, Flamengo, Coca-Cola, Mangueira e Caixa Econômica Federal são as marcas que mais aparecem na mente do consumidor. A Beija-Flor também, de Nilópolis. Então a CEF tem de estar em todas as páginas de todas as mídias, porque não é possível subtraí-la dos acontecimentos nacionais."

Invencionices de Lacerda

O Brasil da década de 50 foi palco de uma greve dos pilotos da então poderosa empresa aérea Panair, subvencionada pelo governo. O presidente da companhia se negou a negociar com os grevistas. Diante do impasse, o então deputado opositor Carlos Lacerda (1914-1977) requereu uma CPI e passou a responsabilizar o próprio Getúlio Vargas pelos prejuízos da paralisação. Instalada a CPI, da qual era membro,

No fio da navalha

■ Aloysio Biondi

Tradicionalmente, a Copa do Mundo provoca uma explosão nas vendas de aparelhos de TV, vídeos e correlatos. Não foi assim este ano. Em maio, ofaturamento do setor caiu 25% na comparação com igual mês de 1997- que já havia recuado sobre 1996. O resultado, desalentador para a indústria e comércio, é um bom termômetro da persistência dos problemas da economia brasileira e das perspectivas para o segundo semestre. De pouco vale, assim, ficar de olhos pregados nos resultados das pesquisas de intenção de votos e suas aparentes mutações. Os próximos meses continuam a reservar uma batelada de problemas para o Planalto.

Ou, mais ainda: exigirão "reviravoltas" milagrosas para evitar o naufrágio do real, com sua maxidesvalorização e a crise total no mercado financeiro e economia do País. Eis, em rápidas pinceladas, o cenário que tira o sono dos aliados do governo:

Rombo - a maior preocupação dos investidores estrangeiros não é a ascensão de Luís Inácio Lula da Silva nas pesquisas. Segundo dirigentes da Câmara de Comércio Americana, em seminário realizado em São Paulo, a maior preocupação é, exatamente, o rombo do setor público, que pode ultrapassar 7% do PIB este ano.

Dólares - o alargamento do rombo está sendo provocado pelos juros altos (tentativa de atrair dólares) e crescimento da dívida da União, e estados e municípios. Esses gastos com juros estão na faixa de, R\$ 5 bilhões, por mês.

Dólares, ainda - para atrair "aplicadores" externos, além das taxas de juros elevadas, o governo brasileiro permitiu curtíssimo prazo nas aplicações. Resultado: somente nestes próximos meses, isto é, até as eleições, vencem de U\$ 100 a U\$ 125 bilhões (com B mesmo) de empréstimos e compromissos. E necessário pagá-los ou renová-los (rolagem). Uma tarefa impossível, quando se perde a confiança dos investidores por causa das próprias condições de deterioração da economia, "rombo" nas vendas, baixos lucros ou prejuízos para as empresas, suspensão de projetos de fábricas, e consequente adiamento da entrada de dólares etc.

Fuga de dólares - em maio, o país já perdeu U\$ 2 bilhões de suas reservas. Na primeira quinzena de junho, outro U\$ 1,6 bilhão. E em um único dia da segunda quinzena saíram U\$ 375 milhões pelo mercado oficial.

Manobras - os credores "apertam" o cerco, as cotações do dólar e os juros nos mercados futuros sobem, as bolsas caem. O governo lança mão de manobras para adiar a crise. Mas as "ondas" de desconfiança são cada vez mais frequentes e fortes.

É esse quadro que explica a obsessão do governo em privatizar o sistema Telebrás a qualquer preço, o mais rápido possível. O ingresso de dólares e reais nos cofres oficiais teria o dom de reduzir temporariamente, ao menos até as eleições, o rombo do setor público. Mesmo essa obsessão do governo, no entanto, se assemelha à esperança inútil de quem está se afogando. Afinal de contas, o preço baixo fixado, de apenas R\$ 13,3 bilhões, seria um

reforço de caixa ridículo, diante do tamanho do rombo. Além do mais, os "compradores" pagariam somente 40% à vista, isto é, meros R\$ 5,3 bilhões, suficientes para liquidar apenas um mês de desembolso com juros...

Além do mais, essa tentativa de adiar a queda do real e crise subsequente passou a enfrentar dificuldades inesperadas. Até aqui, as operações de privatização, por mais distorções que apresentassem, não haviam despertado maior atenção na sociedade (as tentativas de reação se limitaram, sempre, a segmentos altamente politizados). Agora, as vendas das teles ganham imensa cobertura nos meios de comunicação, criando dúvidas e atrasos em sua concretização. Porque a reviravolta? Primeiro motivo: o aparente "escorregão" do candidato Luís Inácio Lula da Silva, ao insinuar a possibilidade de formação de "caixa dois" para a reeleição do presidente FHC. Com o incidente, a questão da privatização transferiu-se para o terreno político - e passou por isso a ganhar até manchetes nos jornais e TVs. Segundo motivo: o anúncio de que a Embratel poderia ser comprada por usuários, como a Rede Globo, colocou os grupos jornalísticos concorrentes em pé de guerra. Surgiram brechas na aliança dos meios de comunicação com o governo FHC, responsável pela total manipulação da informação a favor do governo e da sua política neoliberal, nos últimos anos. A cortina de fumaça em torno dos problemas do país começou a esvaír-se. Uma guinada que pode ter peso decisivo na opinião pública, iludida nos últimos quatro anos, nos meses que vêm por aí.

Aloysio Biondi,
jornalista 

Loucos vícios e

Superstições, trejeitos, hábitos e tantas outras manias tornam o dia-a-dia mais prazerosos

Acada quatro anos, certos rituais característicos renascem no Brasil, sempre nos meses de junho e julho. Milhares de brasileiros praticaram as mesmas ações da Copa do Mundo de 1994, na esperança de que o título mundial para o Brasil também acontecesse novamente. Essas superstições, que são na verdade manias esporádicas, engraçadas e estranhas, repetem-se dia-a-dia na vida de muita gente.

Manias

A mania da música Lucimary Vinha do Valle é dar outro nome para seus amigos. Ela sabe perfeitamente qual é o nome das outras pessoas. Apenas olha para elas e decide que de-

vem ser chamadas de outro jeito. Estranho? Sim, ainda mais quando passa-se a saber que até seu pai e sua mãe ganharam novos nomes. Ela, de Leda mudou para Magnólia. Ele, de Mário para Dudu.

"É minha maneira de mostrar para meus amigos que eu os considero especiais", diz Lucimary. É por isso que seus desafetos não têm esta deferência. Outro motivo, segundo ela, é se aproximar mais das pessoas. "E não tenho a intenção de ofender, mas insisto no nome diferente até a pessoa perceber que meu objetivo é carinhoso", completa ela.

Quando a tática não dá certo, a pessoa volta a ter seu "nome normal" também

para Lucimary. Fundadora, há sete anos, da Orquestra de Senhoritas e professora da Escola de Música de Brasília, Lucimary já teve que desistir de sua mania com três alunos que não suportavam a brincadeira.

Ao lado das manias por nomes, a música também tem interesse especial pelo signo das pessoas. "Posso esquecer o nome, mas não o signo de alguém", informa. Quando é preciso se lembrar de dois nomes, não é difícil entender a razão disso.

As manias de Lucimary, ao que parece, vêm de berço. Segundo ela, o pai, Mário (ou Dudu) canta o mesmo trecho de uma música, qualquer uma que ele ouça de manhã, o dia inteiro. Já Leda (quer dizer, Magnólia) recupera objetos que outras pessoas jogam fora. Um dia, chegou a consertar, lixar e pintar uma cadeira quebrada que estava no lixo do prédio onde mora.

Carteado

Também é de família o gosto de Valéria de Oliveira pelo baralho. O interesse pelas partidinhas de buraco vem desde a infância, quando via o pai jogar, sem deixar que ela participasse da mesa. Aos 13 anos, Valéria criou coragem e pediu para fazer dupla com o pai numa contenda. Nunca mais parou.

E levou a sorte de casar com outro aficcionado por baralho. David de Lima Simões também joga desde criança.

O jogo em que os dois participam é cercado de rituais. Para começar, pode se estender do começo da noite até o meio da



manias

metódico e também muito mais engraçado



O "buraquinho" rende madrugadas mesmo durante a semana. No dia seguinte, o trabalho

madrugada, em noites de até oito horas seguidas. Os melhores jogadores em cada ocasião ocupam lugar de destaque na "hierarquia do baralho" - como não saem da mesa, são sempre servidos de cerveja e se transformam no centro das atenções.

Num grupo formado por 10 pessoas e outros tantos "agregados flutuantes", o casal aposta na confraternização como prin-

cipal derivativo do baralho. "Com mais dois amigos, chegamos a criar um espaço de análise mútua a partir do próprio jogo", revela David. A amizade não anula competições acirradas e brigas carta a carta. Mas somente enquanto há duas duplas competindo. Foi depois de muita briga no jogo que Valéria e David decidiram que nunca mais formarão dupla

de buraco.

Manias há
aos montes,
para todos
os gostos



Avanço tecnológico cria hábitos "on-line"

O estudante baiano Márcio Pontual é o típico "refém" de uma mania criada com a massificação da Internet. Ele arranja motivos variados para não sair da frente do computador.

A conta de Pontual pelo uso da Internet até que não é muito alta, porque ele fica apenas 10 horas por semana ligado à rede mundial. Em compensação, é grande o tempo que ele passa escrevendo e-mails, lendo documentos "baixados" da rede ou trabalhando em sua recém-nascida homepage.

Das horas de surfe na Internet, o baiano informa que a maior parte é gasta procurando informações sobre seus assuntos preferidos: música, carros e viagens a localidades exóticas. Pontual já foi frequentador assíduo de salas de bate-papo, mas desistiu. "Gastava muito tempo e não encontrava nada de produtivo", justifica.

Quando procura assuntos na área de Relações Internacionais, seu curso de graduação, o tempo gasto on-line é menor, pois ele baixa da rede as informações importantes. "Para minha bolsa de pesquisa, vou buscar informações na Austrália e Nova Zelândia. Posso acessar a biblioteca do Senado Federal e descobrir em que outra biblioteca encontro um livro que preciso", exemplifica.

A homepage surgiu quando o rol de amigos internacionais de Pontual aumentou. "A idéia é que pessoas que eu conheça nas viagens saibam mais sobre a minha vida sem precisar vir ao Brasil", diz. Pontual considera que não tenha compulsão pelo o micro. Mas reconhece que já foi pior. "Muitas vezes o computador chegava a ficar ligado o final de semana todo", finaliza.

David não acha que seu gosto pela coisa seja um vício. Mas Valéria admite: "Se o pressuposto for a falta que sinto de jogar quando passo um tempo em abstinência..." E, entre tantas regras de um código de honra próprio, duas são imprescindíveis: a honestidade com os parceiros das outras duplas e a ojeriza ao jogo por dinheiro.

Roxo Manias há aos montes, para o gosto do freguês. A estudante goiana de psicologia Fabiana Brasileiro, por exemplo, abre o seu guarda-roupa e experimenta roupas quando não tem nada para fazer. A música de fundo para o desfile solitário é qualquer uma, desde que seja bem alta.

Um funcionário

já aposentado do Banco do Brasil em Minas Gerais, conhecidíssimo, aproveitava seu tempo livre para ficar ligando cliques uns aos outros. Até chegava a levar sua corrente para passear pelos corredores da unidade. E falava para os colegas que era seu cachorro.

Às vezes, as manias da vida real imitam a ficção. Maurício de Souza desenha todos os seus personagens com a mesma roupa. Um dia, mostrou que Mônica tem no seu armário apenas o mesmo modelo - o velho vestidinho vermelho. Pois não é que o playboy convertido Chiquinho Scarpa declarou, em recente entrevista, que tem 300 camisas brancas exa-

tamente iguais em seu guarda-roupa?

E há manias que são involuntárias. Que o diga o sindicalista Sérgio Vianna, funcionário do Banco do Brasil. No meio sindical ele é conhecido como "o homem das meias roxas". Tem 20 pares desta cor, divididos com seu filho. Vianna acha que isso não seja mania, e explica a razão: em Belo Horizonte, há três anos, sua mulher resolveu aproveitar uma liquidação de meias de excelente qualidade, com um só defeito. A cor.

"Tem gente que implica, mas foi só coincidência", diz ele, que não se importa com as brincadeiras. Sérgio Vianna, aliás, já teve outros problemas parecidos. Usou barba comprida por muito tempo. Encurtou-a depois de 20 anos, mas em troca deixou o cabelo crescer. Outra época, não saía de casa sem suspensório. "As pessoas se sentem incomodadas quando a gente sai do normal, o que serve de reflexão sobre o respeito que se deve ter à individualidade".

Linha A psicóloga Eliana Mendonça Vilar fala que as manias que as pessoas têm podem ser consideradas como um hábito saudável, caso contribuam para "a construção do tempo da vida de cada um, a marca de uma singularidade". A psicóloga, ela mesma habituada a ler revistas da última para a primeira página, se preocupa com "o tênue limiar entre o que é saudável e o nocivo, obsessivo". Mas tranquiliza maníacos em potencial: "A doença surge apenas se houver traumas, conflitos não-elaborados".

Os prejuízos trazidos pelas manias podem se sentir com o que Eliana chama de "empobrecimento afetivo". Manias patológicas, em geral, provocam dificuldades de relacionamento. Junto a isso, ela indica "a perda da liberdade": as pessoas acabam entrando em estresse por não poder viver sem a mania.

"A terapia tem importância muito grande na compreensão desses fatores, pois pode trazer a verbalização dos problemas", comenta ela. Falar sobre si adquire importância especial, afirma a psicóloga, às vésperas do século XXI, em que o padrão estabelecido é a auto-suficiência e independência - acarretando solidão e falta de solidariedade. "O desafio é que as pessoas sejam autônomas, mas também solidárias", define Eliana. 



Agnaldo Azevedo

Concurso insuficiente

O sonho de trabalhar na Caixa Econômica Federal atraiu 228 mil pessoas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Apenas 1.258 serão chamados - os 800 primeiros até dia 20 de julho, na proporção de 70% para São Paulo.

Por ser restrito a apenas duas cidades e preencher poucas vagas, o concurso não supre a demanda de pessoal existente na empresa. E nem atende às reivindicações do movimento dos empregados. "Defendemos de maneira intransigente o concurso público para todo o país", diz o diretor Financeiro da FENAE (Federação Nacional das Associações do Pessoal da CEF), Carlos Borges.

Hoje, a Caixa tem menos de 55 mil empregados. O quadro foi sendo diminuído ano após ano. O número de empregados não chega nem ao menos à chamada lotação necessária de pessoal (LNP).

O enxugamento progressivo do quadro de pessoal na Caixa se repete em outras empresas estatais. Nem mesmo a extrapolção (para baixo) da LNP serve de parâmetro para que as demissões parem. Na Caixa, por exemplo, a lotação em 1996 era de 79 mil funcionários e o quadro já estava reduzido a 64 mil empregados. Mesmo assim, um programa de demissões incentivadas foi instituído.

Isso demonstra que na Caixa se segue a linha política ditada pelo governo federal: ou

seja, o problema do Brasil deixa de ser a má distribuição de renda para se transformar na existência do Estado. E esta é a senha para o enxugamento da máquina pública e as privatizações.

Problemas

As filas nas agências e o crescimento das horas extras demonstram que, ao contrário do quadro de pessoal, as atividades realizadas na empresa aumentaram. Em São Paulo, a APCEF vem intensificando há dois meses a fiscalização do trabalho extraordinário nas agências. Há problemas em todas.

"Na avenida Paulista, centro empresarial do país e local em que a modernidade não se aplica no trato aos trabalhadores, os empregados da Caixa trabalham até 12 horas por dia", diz Carlos Borges. Não é à toa que quase 10% dos empregados da CEF em São

Paulo estão afastados do trabalho, acometidos de Lesões por Esforço Repetitivo (LER).

O concurso tende a não resolver nem parte deste problema, já que as contratações devem cobrir as vagas decorrentes da abertura de novas agências - 47 em São Paulo e 23 no Rio de Janeiro. Cresce, com isso, o peso dos estagiários. A Caixa terminou 97 com 13 mil e chegou a assinar termo de compromisso com o Ministério Público do Trabalho para limitar o total a 20% do número de funcionários. O prazo venceu em junho. 

ICM São Paulo
quase 10% dos
empregados
têm LER



Jovens acreditam no sonho do emprego

Entre os candidatos ao concurso, estão pessoas como o carioca Carlos Gustavo Jardim, que pretende fazer carreira dentro da Caixa. Outro atrativo para ele é o salário anunciado, de R\$ 800,00. Hoje, Jardim ganha menos que isso trabalhando no ramo imobiliário.

Apesar de maior, o salário na Caixa é insuficiente, pelos padrões da Constituição. O Dieese estima que o salário mínimo necessário para uma família de quatro pessoas viver seja de R\$942,09.

Informado sobre a diminuição constante no número de empregados da Caixa, Jardim considera que "a insegurança com as demissões realmente existe, mas o fato da empresa chamar para o concurso indica que vão ser realmente contratados para trabalhar os melhores nas provas". Dos 228 mil candidatos, apenas 1.258 estão sendo chamados.

Segundo a Gecar (Gerência de Cargos, Salários, Seleção e Provisão), no entanto, a Caixa tem conhecimento do déficit de pessoal, tanto em São Paulo e Rio de Janeiro quanto em outras localidades. Mesmo assim, ainda não há perspectiva de estender o concurso para outras praças. Estudo da Gecar revela deficiências graves e sugere a extensão do concurso para outras três cidades.

Mesmo o concurso que foi realizado demorou a sair. Um dos motivos é que a Caixa Econômica Federal, assim como outras empresas públicas, depende de autorização do governo federal para contratar novos funcionários.



Concurso

Leitores apostaram na seleção canarinho

Brasil.....	550
Argentina.....	212
Alemanha.....	156
França.....	81
Itália.....	81
Inglaterra.....	29
Noruega.....	29
Holanda.....	23
Espanha.....	19
Nigéria.....	14
Iugoslávia.....	5
Marrocos.....	3
Camarões.....	2
Estados Unidos.....	2
Jamaica.....	2
Áustria.....	1
Bélgica.....	1
Colômbia.....	1
Croácia.....	1
em branco.....	4
TOTAL.....	1216

Bolão reúne 1.216 palpites

A Seleção Brasileira testou o coração de milhões de torcedores durante a Copa do Mundo e andou tropeçando nas próprias pernas, mas nem por isso deixou de merecer a confiança dos empregados da Caixa. O time canarinho, com 550 indicações, liderou com sobras o Bolão da FENAE, que recebeu 1.216 cupons até dia 10 de junho, abertura do mundial.

As apostas no Brasil representaram 45% do total enviado à FENAE. Em segundo lugar no palpite dos empregados veio a Argentina, com 212 cupons, o que representa 17,4%. Pouco atrás, com 12,8% das preferências, chegou a seleção alemã. Ou seja, a tricampeã mundial recebeu 156 votos.

Foram votadas, inclusive, seleções que deram adeus à Copa já na primeira fase, como Marrocos, Camarões, Estados Unidos, Jamaica e Áustria (confira ao lado toda a lista de cupons). Outros quatro cupons

demonstraram ceticismo com a competição: não traziam o nome de nenhuma seleção.

Finda a Copa, é a vez de ser realizado o sorteio entre os vencedores. Em seguida, os cupons serão conferidos, para evitar que o vencedor seja alguém que enviou mais de um cupom - o que é vedado pelo regulamento do Bolão. O resultado será divulgado na próxima edição desta revista, já que este número fechou antes da final da Copa.

Viagem

O vencedor do concurso ganhará duas passagens, de ida e volta, para qualquer capital de estado, além de hospedagem durante um final de semana. O sorteio será comunicado antecipadamente pela FENAE e terá até dia primeiro de agosto para confirmar interesse em receber o prêmio. Caso contrário, novo sorteio será efetuado. As passagens são válidas de 15 de agosto de a 15 de novembro deste ano, e de 15 de março a 10 de junho de 99. 

Finalmente, cartolas da Fifa decidem mudar as regras

■ José Trajano

As regras do futebol, criadas no final do século passado e organizadas em 1937 pela International Board, estão em xeque. Bastaram alguns jogos neste último Mundial do século - principalmente o de Camarões e Chile (1 a 1), quando meteram a mão descaradamente nos

africanos - para os homens da Fifa, entenda-se Joseph Blatter à frente, anunciarem que estarão providenciando mudanças drásticas nas regras, com os árbitros na linha de fogo. O poder dos homens do apito deve diminuir pelo menos nas competições mais importantes, como a Copa do Mundo, por exemplo.

É bem provável que em 2002, quando será disputada a primeira Copa do terceiro milênio, coisas até então tidas como impossíveis comecem a virar rotina. Três medidas estão sendo analisadas, e é bem possível que sejam adotadas pelo novo comando da Fifa. São elas:

1. O videoteipe exibido nos telões dos estádios servirá para ajudar a decidir no caso de dúvida (impedimentos, pênaltis ou se a bola entrou ou não) e o público

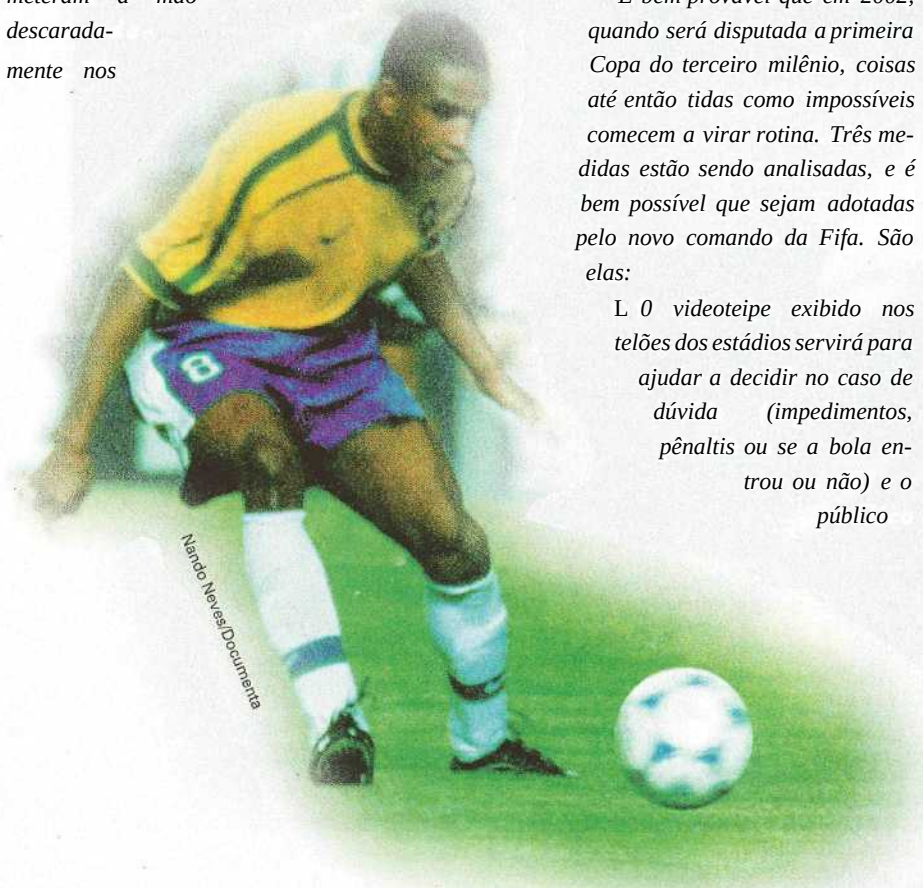
seria uma espécie de árbitro. Será uma mudança e tanto, mas os que são contrários à idéia alegam que o jogo perderia muito em ritmo. Justificam dizendo que toda vez que houver necessidade de se recorrer às imagens a partida teria de ser interrompida, o que alteraria bastante o tempo de 90 minutos.

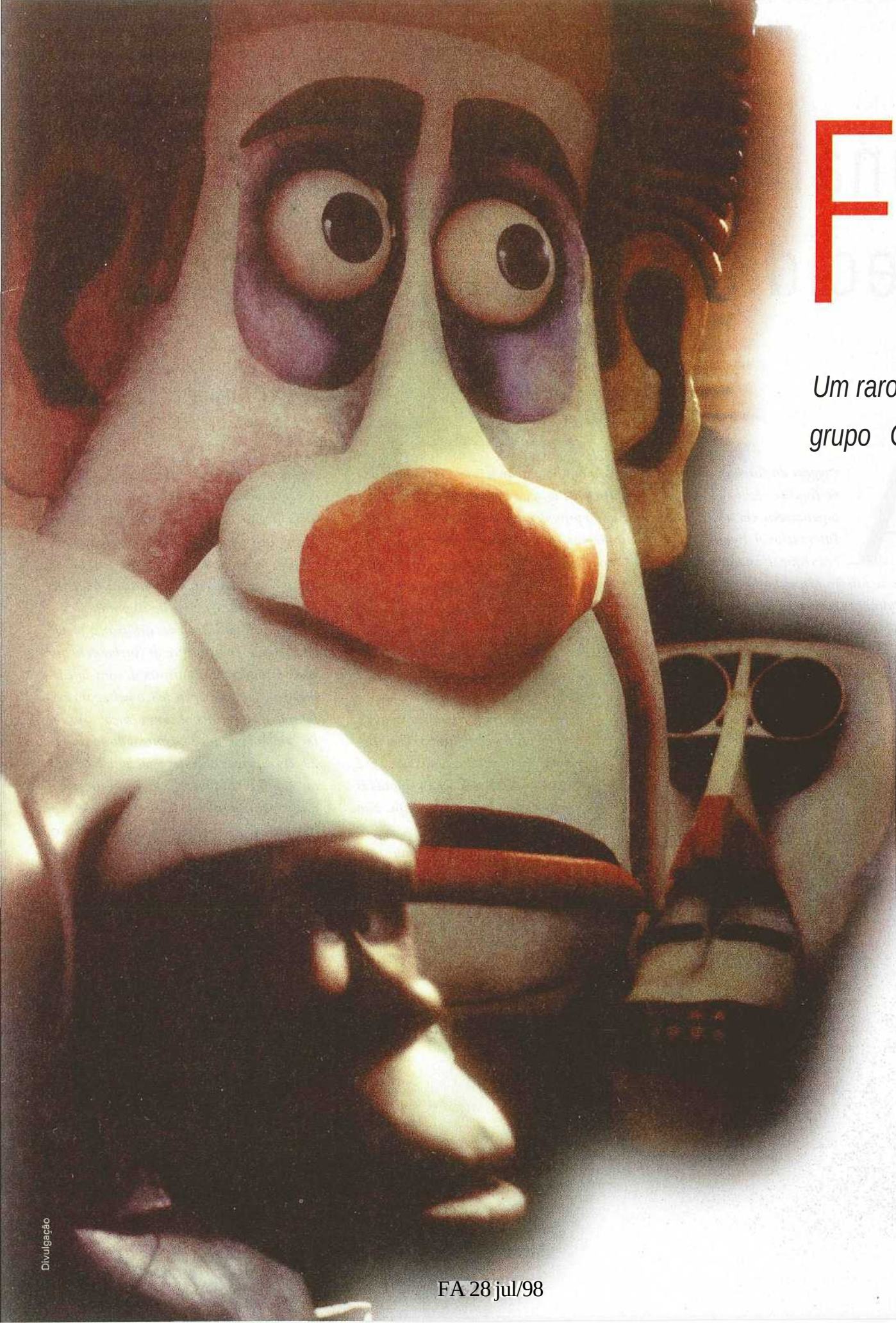
- Profissionalização dos árbitros, que será obrigatória. Todo árbitro de futebol terá que ter contrato como profissional, com a federação ou confederação de seu país, para evitar que trate o futebol como "bico". Para se ter uma idéia: dos 34 árbitros do Mundial, 29 têm outras atividades e ganham para apitar como "free-lancer". Virando profissionais, terão maiores deveres e obrigações, como, por exemplo, estar com boa forma física e atualizado com as regras.

- Dois árbitros por jogo. A ideia é colocar, além dos auxiliares, dois árbitros, como no vôlei e no basquete. O que não se sabe ainda é se cada um cuidaria de cada metade do campo. É estranho, mas pode funcionar.

Uma medida não elimina a outra, e a Fifa poderá até adotar as três de uma vez só. De qualquer maneira, após as atuações de alguns árbitros neste Mundial, o futebol, precisa mudar para melhor, com mais tempo de bola rolando e menos violência. Será?

José Trajano,
jornalista 





Fa

Um raro espaço
grupo Giramun

fantasia

para os adultos viverem o imaginário. Esse é o trabalho do Teatro de Bonecos, que há 28 anos encanta as plateias

O grupo mineiro Giramundo está aí para comprovar: teatro de bonecos é coisa séria!

Fundado em 1970 por três professores da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, o grupo mesclou textos com apurada crítica social e ironia ao domínio completo da técnica de manipular marionetes. Atitude mais que suficiente para que seja um dos mais premiados grupos de teatro de bonecos. E não só no Brasil. Vários países da Europa já aplaudiram as montagens comandadas pelo professor Álvaro Apocalypse.

Para ele, o Giramundo é praticamente a continuação de experiências da infância. "Esta já é uma tradição antiga na minha família. Meus irmãos me antecederam numa brincadeira com bonecos de papel, meu primeiro contato com esta história", diz Álvaro. Bacharel em direito que providencialmente largou as letras jurídicas, o criador do Giramundo buscou na arte algo que permitisse reproduzir estas brincadeiras de criança.

Terezinha Veloso e Maria do Carmo Vivacqua Martins, a Duca, são co-fundadoras do Giramundo. Em 28 anos de existência, o grupo já recebeu os prêmios Molière e da Associação Paulista de Críticos de Arte,

além de quatro troféus João Ceschiatti e dois Mambembe. É o resultado de 24 espetáculos montados (incluindo três versões diferentes de "Diário de um louco", de Gogol) de norte a sul do país, mas também na Argentina, Uruguai, Venezuela, México, Estados Unidos, França, Bulgária, Itália e Suíça.

Águas As versões de "Diário..." foram apenas três entre tantas montagens revolucionárias do Giramundo. Uma das mais famosas é "Cobra Norato", peça baseada no livro de Raul Bopp, foi montada pela primeira vez em 1978. "Recentemente fizemos uma coisa inédita: uma versão aquática, muito maior que as montagens normais, para cinco ou seis mil pessoas", diz Álvaro Apocalypse.

Em 96, o Giramundo fez sucesso com "Carnaval dos animais", espetáculo musical

de Saint-Saëns que conta a história da festa na floresta do rei Leo Leão. É a famosa festa em que estão proibidos de entrar apenas animais de boca grande, o que leva o jacaré e o sapo a inventar os mais absurdos planos para participar do evento. A história serve de fundo para o desfile de gali-

Os bonecos
ganham vida
nas mãos dos
manipuladores

FA



nhas, tartarugas, marimbondos, macacos, peixes, pássaros, avestruzes, cangurus, um hipopótamo e até o mítico Fauno.

Alguns destes personagens fizeram parte de exposição montada no Rio de Janeiro, em 97, com bonecos de peças anteriores do grupo. O público carioca teve a rara oportunidade de ver como as marionetes são manipuladas.

Estavam expostas figuras que marcaram o trabalho do Giramundo, desde o bordel de "Relações naturais" até os fantoches de "Tiradentes - uma história de títeres e marionetes". Também estavam incluídas obras de peças históricas, como "O guarani", ópera de Carlos Gomes, além de exemplares avulsos. Opções de escolha havia aos montes: o Giramundo nunca repetiu bonecos em seus 28 anos de estrada. São mais de mil até hoje.

Nestas quase três décadas, o Giramundo montou uma estrutura de trabalho invejável. São oficinas, cursos, conferências, pesquisas e documentação, tudo voltado ao teatro de marionetes e com o respaldo de uma biblioteca específica sobre o tema.

Méritos

A contribuição do Giramundo, no entanto, vai muito além da formação de profissionais do teatro de bonecos. Só o fato de estender o gênero para os adultos já seria o suficiente para inscrever o Giramundo na galeria das maiores trupes do país e do mundo. Mas o grupo teve o mérito de incluir em seu repertório autores nacionais como Raul Bopp e Carlos Gomes, além de grandes nomes da arte mundial, como os compositores Prokohev (em "Pedro e o lobo"), e Mozart ("A flauta mágica").

O esforço e o sucesso do grupo mineiro revigoraram um estilo cujas raízes populares são inegáveis. A falta de apelo comercial, no entanto, faz com que os demais grupos tenham vida efêmera. "Poucos sobrevivem", constata Álvaro Apocalypse, do Giramundo. Entre os que ainda insistem, estão o pernambucano Mamulengo Só Riso, de Olinda, e o gaúcho Tim (Teatro Infantil de Marionetes), de Porto Alegre.

Na Europa, o teatro de bonecos é mais difundido e mais consolidado. Famílias inteiras prosseguem tradições nascidas há mais de 200 anos, em muitos casos. Na Bélgica e norte da França estão vários destes grupos.

Diário de um Louco ganhou três versões

A famosa peça de Gogol foi encenada três vezes pelo Giramundo, fazendo sucesso em todas as apresentações

Nikolai Gogol já emprestou seu "Diário de um louco" ao Giramundo para nada menos que três versões diferentes. Na primeira, em 1990, o grupo faz uma crítica à psicanálise na qual sobra até para Sigmund Freud, que faz uma "participação especial" dentro de um peixe. O espetáculo, que na época foi chamado apenas de "O diário", também apresentou os bonecos sem acabamento. Afinal, estávamos em um hospício.

A segunda versão foi internacional. O Giramundo montou novamente "O diário" dois anos depois, para o festival Música e Movimento, que acontece na França. As peripécias dos marionetes malucos tiveram a trilha sonora do Grifo, trio de improvisação contemporânea.

A montagem mais recente, já chamada de "O diário de um louco", é do ano passado, e foi apresentada quase ao mesmo tempo que a peça estrelada por Diogo Vilela. Foram 40 espetáculos para o grande público, o que motivou a reconstrução completa dos bonecos e cenários. Além disso, a narrativa de Gogol passou a fazer parte da trama.



Divulgação

Um grupo que cria o sonho e a magia

A figura de Álvaro Apocalypse está tão integrada às paisagens quanto os mais de mil bonecos que o grupo já construiu. Depois de fazer desenho animado para a televisão e estudar a possibilidade de construir bonecos e filmá-los quadro a quadro, o inventor do grupo de marionetes mais famoso do Brasil encontrou a resposta para suas pesquisas.

Álvaro está à frente de uma equipe de 13 pessoas, entre elas suas filhas Adriana e Beatriz. É por este grupo que passa tudo o que se refere ao Giramundo, desde a criação dos bonecos até a arte dos cartazes.

Mas o professor é reconhecido por seu trabalho também em outras áreas. Em 1967, ajudou a criar o Festival de Inverno de Ouro Preto e, desde então, não participou de poucas edições. É autor de vários painéis artísticos em Minas Gerais e ostenta no currículo o fato de ter sido aluno de Guignard, quando o mestre deu aulas em Belo Horizonte.

O mesmo professor que, à primeira vista, tem olhar grave, é o menino que manipula bonecos e tem histórias para contar. Uma delas revela o aspecto político que muita gente percebe no teatro de marionetes. "Uma vez o pano caiu, deixando os manipuladores à vista do público até que os técnicos fixassem novamente o pano. No final, pedi desculpas ao público, Minha surpresa foi grande, porque o povo achou que a queda tinha sido proposital, uma crítica ao que chamou de sociedade manipuladora", conta ele.

que contou ainda com música de Tim Rescala.

Paulo Betti, Cristina Pereira e Antônio Grassi fizeram as vozes de alguns bonecos.

O texto do autor russo fala sobre um funcionário público subalterno que se apaixona pela filha do diretor da repartição. É o mote para que Vicente Vicentino (tradução livre do nome Axenty) desenvolva suas teorias, como a de que o mundo é plano. Mas vertical, e não horizontal.

Desta forma, as classes são divididas em camadas.

Na parte superior, por exemplo, ficam artistas, santos, astronautas e satélites.

Além disso, se o personagem principal aparece em tamanho natural, seus superiores chegam a ter uma cabeça com mais

de dois metros de diâmetro, enquanto o pessoal da limpeza não passa de meio metro.

As peripécias
dos marionetes
malucos foram
até a França

FA

No hospício, o personagem principal convive com vários Napoleões. Entre eles, um ex-presidente brasileiro que tem o sonho de ser Rambo.

Para completar o clima de sanatório explicitado pela peça, até a relação entre marionetes e manipuladores é analisada. Tanto a cumplicidade entre ambos quanto o "estrelismo" dos manipuladores são ironizados, nas sequências em que o boneco é levado à exaustão por seu condutor. FA

A vitalidade do neochoro

■ Tárík de Souza

Produto do acasalamento tropical de gêneros importados em meados do século passado ("polka", "habanera", "tango", "scho-tisch"), o choro inicialmente foi uma maneira de tocar. Dizia-se um estilo chorado. E depois se transformou num gênero, consolidado por obras de criadores como Pixinguinha, Jacob do Bandolim, Waldir Azevedo, Luís Americano, Radamés Gnattali e mais recentemente Paulinho da Viola, Canhoto da Paraíba, Egberto Gismonti, Guinga e até Hermeto Pascoal. Atirado nos subterrâneos do mercado pela hegemonia da aliança brega/jabá, o choro não morreu, mas está se transformando. O repertório de seus novos cultores amplia-se através de peças eruditas e outros sotaques como o nordestino, o americano do "ragtime" e o argentino do renovador do tango Astor Piazzolla. E o choro volta a ser um estilo.

A tese é defendida no livro "Choro - do quintal ao Municipal", do cavaquinista Herinque Cazes, a sair em agosto pela Editora 34. Ex-integrante da Camarata Carioca, Cazes é um exemplo de neochorão militante que não abre mão da ortodoxia do estilo. Em seu último disco, o primoroso "Relendo Waldir Azevedo" (RGE), ele mostra que é possível rever os clássicos como novos olhos ("e ouvidos"). Com acompanhamento de violões, contrabaixo (inclusive elétrico), caixa, pratos e teclados, Cazes atua sem desvirtuar músicas de até meio século de idade. Abre o leque de timbre em "Brasileirinho", "Delicado", "Pedacinhos de céu", "Vê se gostas", "Arrasta pê", todas do chorão que viveu parte de sua vida em Brasília. O grupo carioca Água de Moringa, que utiliza clarinete e clarone além da pouco explorada viola caipira, também reprocessa clássicos no delicioso

"Saracoteando" (independente). Pixinguinha ("Sensível"), Jacob do Bandolim ("Saracoteando"), Ernesto Nazareth ("Fon Fon"), e Canhoto da Paraíba ("Com mais de mil") convivem com Hermeto Pascoal ("Intocável"), Guinga ("Choro pro Zé") e Cristóvão Bastos ("Retalhos"). O Água encerra o disco na "Suíte nordestina" de Guerra Peixe, incluindo passagens de frevo, polca e caboclinhos.

O diferencial do Trio Madeira Brasil (in-

Espontâneo e reativo,
o movimento espalha
vitalidade e criação
mesmo atirado nos
subterrâneos pela
hegemonia do
brega/jabá



dependente), formado por Ronaldo do Bandolim (do conjunto Época de Ouro), José Paulo Becker (que ao lado do violão dedilha viola caipira) e Marcello Gonçalves (violão/cordas), além da sonoridade essencial, é o trânsito livre do repertório. Chora o Madeira via Ernesto Nazareth ("Labirinto"), Jacob do Bandolim ("Santa Morena"), Edu Lobo ("Corrupção"), Chico Buarque ("As vitrines"), Egberto Gismonti ("Loro"), Pixinguinha ("Um a zero") e até através do clássico espanhol Manuel de Falla ("Danza de la vida breve") e do pai do "rag-

time" americano Scottjoplin ("The easy ivinners").

Pianista e arranjador de gente como Elba Ramalho, Beth Carvalho, Zélia Duncan e Leila Pinheiro, Leandro Braga chamou seu solo de "Pena cozinha" (MPB) numa tentativa de tirar seu instrumento dos salões para a cozinha - que na gíria dos músicos significa a ala da percussão. Atuando com formações variadas, incluindo uma opulenta seção de cordas, Leandro viaja de Pixinguinha ("Naquele tempo") e Dorival Caymmi ("Maracangalha") a composições próprias como "A folia do bode", "Capixaba" e "Pavana". Conhecido por incursões no jazz e da "new age", sempre com uma postura vanguardista, o saxofonista Edgar Duvivier também mergulha no choro em seu "Sax brasileiro" (independente). Inspirado na mãe pianista, que conheceu Ernesto Nazareth, ele revisita "Odeon", um dos temas básicos do papa do tanguinho brasileiro que daria no choro. Revezando-se nos saxos soprano, alto, tenor e barítono ele trilha ainda Pixinguinha ("1x0", "Ingênuo"). Luís Americano ("Assim mesmo") e o Jacob do Bandolim ("Carícia", "Orgulhoso"), além do "Choro em Paris" da dupla de renovadores Maurício Carrilho e Pedro Amorim e composições próprias como "Marinheiro de primeira viagem".

O espírito aventureiro da faixa serve como símbolo do neochoro. Um movimento espontâneo e reativo (ao rebaixamento qualitativo da MPB) que espalha vitalidade e criação mesmo segregado pela mídia principal. Vale a pena ouvi-lo com atenção.

Tárík de Souza,
jornalista 

Chapada dos Veadeiros

Agnaldo Azevedo

Belezas que compensam as longas caminhadas

Turismo

O centro

Opções é o que não faltam a quem se dirige a Alto Paraíso em busca de harmonia e interação com a natureza. Mas há alguns pontos que não devem ficar fora do roteiro de qualquer visitante, a não ser por uma questão de tempo ou falta de preparo físico para tantas caminhadas por trilhas íngremes e pedregulhos.

Valle da Lua - Com suas crateras e poços de águas cristalinas, a 36 quilômetros de Alto Paraíso, é um dos passeios tidos como obrigatórios. Trata-se de uma formação rochosa que corta o rio Preto, formando cachoeiras e piscinas naturais.

Cachoeira das Cariocas - Quedas são de mais de 10 metros de altura, no Rio Preto, com piscinas naturais e praias de areia grossa. A caminhada é de cerca de uma hora e não exige tanto esforço, pois são poucas as subidas.

Poço Encantado - Distante 55 quilômetros da cidade, possui lanchonete com banheiros. As principais atrações são uma enorme cachoeira e um belo lago. Na fazenda São Tomé há pousadas e cachoeiras particulares.

Parque Solarium - É onde fica a Praça da Luz, com o seu "Ovniporto" (aeroporto para OVNI's), cursos esotéricos e terapias. As cachoeiras dos Anjos e dos Arcanjos são as grandes atrações.

Cachoeira São Bento - Em propriedade particular, a 10 quilômetros de Alto Paraíso. As quedas d'água formam uma enorme piscina e o lugar é apropriado para a prática de pólo aquático.

Cachoeira João de Mello - Também em propriedade particular, a 17 quilômetros da cidade. É apropriada para mergulho.

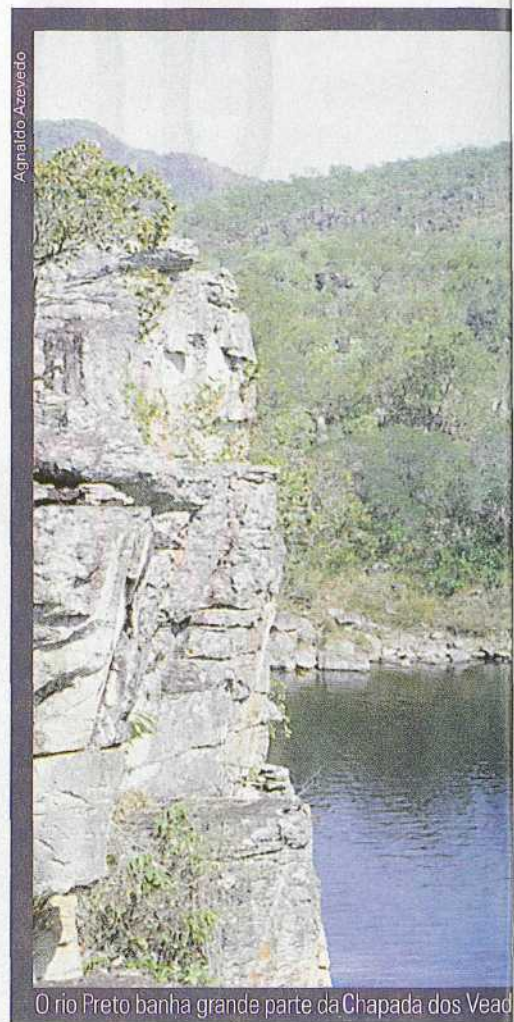
Povoado de São Jorge - Próximo à entrada do parque, onde podem ser encontradas as mais variadas espécies de orquídeas e flores secas.

O lugar dos sonhos para os amantes da natureza. Um cenário de belezas mágicas, com fauna e flora riquíssimas, cachoeiras, piscinas naturais e canyons - paredões de rochas por onde correm rios de águas límpidas, em quedas de causar vertigem pela altura e o encantamento que provocam. Assim é a Chapada dos Veadeiros, localizada no nordeste do estado de Goiás, próxima a fronteira com Tocantins, a 200 quilômetros de Brasília.

A vegetação nativa da região proporciona um verdadeiro espetáculo de cores e múltiplas espécies. Veados-campeiros, lobos-guarás, emas, sariemas e vários tipos de pássaros podem ser facilmente encontrados por visitantes em suas incursões pelo cerrado goiano.

Criado em 1961 pelo presidente Juscelino Kubitschek, com o nome de Parque Nacional do Tocantins e área superior a 600 mil hectares, em 1972 a reserva passou a se chamar Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Foi perdendo terreno ano a ano e hoje sua área é de 66 mil hectares.

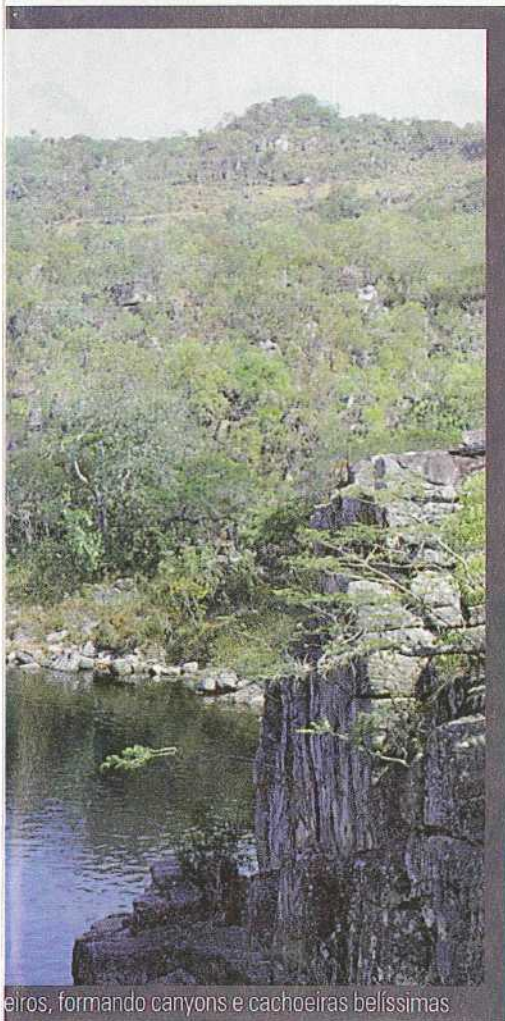
Na Chapada dos Veadeiros, espinhaço que atua como divisor de águas das bacias dos rios Maranhão e Paraná, está o ponto culminante do Brasil Central. O conjunto de serras varia entre 600 metros e 1.650 metros, na Serra da Santana. A área abrange os municípios goianos de Alto Paraíso, Teresina, Cavalcante, Colinas do Sul e São João d'Aliança.



O rio Preto banha grande parte da Chapada dos Veadeiros

Magia Serra do Segredo e Serra do Silêncio são alguns dos símbolos da magia e enigmas que aguardam os visitantes. O fato de a Chapada dos Veadeiros estar sobre a maior rocha de cristal do planeta, em cima do paralelo 14, que passa também pelas Chapadas de Diamantina, na Bahia, dos Parecis, entre

do paraíso



Veadeiros, formando canyons e cachoeiras belíssimas

Rondônia e Mato Grosso, e a Cordilheira dos Andes, em Cuzco e Machu Picchu, no Peru, a região atrai não só os amantes da natureza, mas também grupos esotéricos, místicos, filosóficos e religiosos. Acredita-se que a rota do paralelo 14 seja a rota dos peregrinos da Era de Aquarius, numa linha de força espiritual, como um meri-

diano de energia que liga o Atlântico ao Pacífico.

Alto Paraíso começou a receber grupos "alternativos" a partir da década de 70 e hoje conta com cerca de 40 seitas e entidades ligadas à filosofia da Nova Era. A cidade possui, inclusive, um aeroporto especialmente projetado para receber OVNI's (objetos voadores não-identificados). A Chapada dos Veadeiros é tida pelas pessoas ligadas às coisas extraterrestres, entre elas o ufólogo Ergon Abraham, como o berço do novo homem (ou o berço de uma nova raça), o que justificaria o grande número de aparições de OVNI's que afirmam presenciar na região.

Acesso O acesso ao parque é próximo à Vila de São Jorge, a 20 quilômetros de Alto Paraíso. A entrada é controlada por funcionários do Ibama. O ingresso custa R\$ 3,00 e passeios são feitos com guias, que atuam em parceria com o Ibama. Há duas trilhas básicas: para os canyons e para as sete quedas.

Da Vila de São Jorge, onde há inclusive locais para hospedagem, é possível ir a pé às cachoeiras Base do Salto, com 80 metros de queda d'água, Salto do Preto, com 120 metros, as Carioquinhas e várias outras do rio Preto, um dos afluentes, do Tocantins.

Em Alto Paraíso, há infra-estrutura suficiente para hospedagem, com inúmeras pousadas, hotéis e chalés. Algumas fazendas particulares da região, com belas cachoeiras e de fácil acesso, também recebem hóspedes. 

AGRO A ame TÓXICOS

A chamada modernização da agricultura criou no Brasil um negócio da China para os fabricantes de agrotóxicos. A cada ano, cresce a comercialização de produtos que colocam em risco a saúde e a própria vida de trabalhadores rurais e consumidores.

Pelos cálculos do IBGE, o consumo de agrotóxicos em nosso país movimentava atualmente algo próximo de R\$ 2 bilhões ao ano. Em 1995, o Brasil gastou 1,5 bilhão em 200 mil toneladas de veneno.

Embora não existam estatísticas oficiais, estima-se em cinco mil o número de agricultores contaminados a cada ano, em todo o país. Só no Paraná, um dos raros estados que costuma fazer controle dos casos, foram notificadas 786 intoxicações no ano passado, sendo 52% delas em lavouras. A Secretaria de Saúde do estado registrou cem mortes devido ao uso

de veneno.

A exposição a produtos de elevada toxicidade pode ocasionar invalidez e até morte, devido ao acúmulo de substâncias que causam danos irreversíveis ao organismo. O perigo, que começa nas lavouras, chega em seguida à mesa do consumidor dos centros urbanos. Vegetais e frutas escondem na sua película externa fragmentos de agrotóxicos, cuja presença é normalmente denunciada pelo sabor desagradável e até mesmo pelo pó esbranquiçado nas folhas e cascas.

Cumplicidade Para o deputado Fernando Ferro (PT-PE), que integra as comissões de Agricultura e de Meio Ambiente da Câmara, "ao longo da história recente deste país, autoridades públicas se torna-

ram cúmplices dos fabricantes dos agrotóxicos para expandir o negócio e impedir que se soubesse quem está sendo contaminado". O parlamentar alerta para o fato de não se saber nem mesmo quantas crianças nasceram e nascem mortas devido aos venenos da agricultura.

Os produtos utilizados na agricultura foram criados durante a Segunda Guerra Mundial como armas químicas. Após o conflito, as indústrias os transformaram em agrotóxicos e passaram a chamá-los de "defensivos agrícolas" para

camuflar seu poder de destruição e enganar o agricultor, contando com a ajuda dos órgãos de extensão rural nessa farsa.

A perversidade foi ainda mais além: com a conivência do poder público, a

As autoridades
são cúmplices
dos fabricantes
de agrotóxicos



alimento que vem do campo

responsabilidade pela prevenção contra os riscos à saúde e à vida recaíram quase que exclusivamente sobre o trabalhador rural, como se ele fosse capaz de aprender a usar corretamente uma arma química com alcance de um bomba. Ainda hoje o próprio governo reafirma a visão de que o problema é uma questão de conscientização do agricultor. O Ministério do Trabalho divulgou no dia 23 de julho último um encarte em jornal de circulação nacional, sob o título "Prevenção de acidente no trabalho com agrotóxico", enfocando apenas que o uso "requer responsabilidade e consciência por parte de quem os aplica", sem nenhuma linha sobre as medidas preventivas que se deve exigir dos fabricantes. As vestimentas e equipamentos de segurança indicados se equiparam aos trajes de um verdadeiro astronauta, muito distante da realidade do campo. A despeito de ser inviável a parafernália sugerida, o próprio ministro Edward Amadeo, na apresentação do fascículo, afirma que com a publicação o Ministério "cumpre o seu papel de prevenir, através da educação, os acidentes e doenças do trabalhador do campo que lida com agrotóxicos".

Enquanto isso, o trabalhador rural continua sendo obrigado a usar veneno sem proteção e sem ter a noção exata do perigo que representa para sua saúde e de seus familiares, para o meio ambiente e o consumidor.

O governo brasileiro firmou recente-



Bonitos e atraentes, a maioria dos legumes e verduras são contaminados pelos agrotóxicos

mente um acordo com os países do Mercosul - Argentina, Paraguai e Uruguai - estabelecendo a livre circulação de agrotóxicos. Assim, o Brasil, que tem uma legislação mais avançada para o setor, foi nivelado a países que ainda estão engatinhando em termos de controle. Um país que não faz controle de seu produto pode vendê-lo no Brasil, agravando ainda a mais a situação de risco para o trabalhador rural, o consumidor e o meio ambiente.

Os agrotóxicos são classificados em

extremamente tóxicos (faixa vermelha), altamente tóxicos (amarela), medianamente tóxicos (azul) e pouco tóxicos (verde). Levantamento feito entre agricultores durante o "Fórum Saúde do Trabalhador", organizado pela Secretaria de Saúde de Pernambuco, constatou que os mais usados são todos da Classe I. Entre eles está o Tarmaron, um produto que provoca irritação, depressão, alterações no sistema nervoso central, impotência e má formação de fetos. 



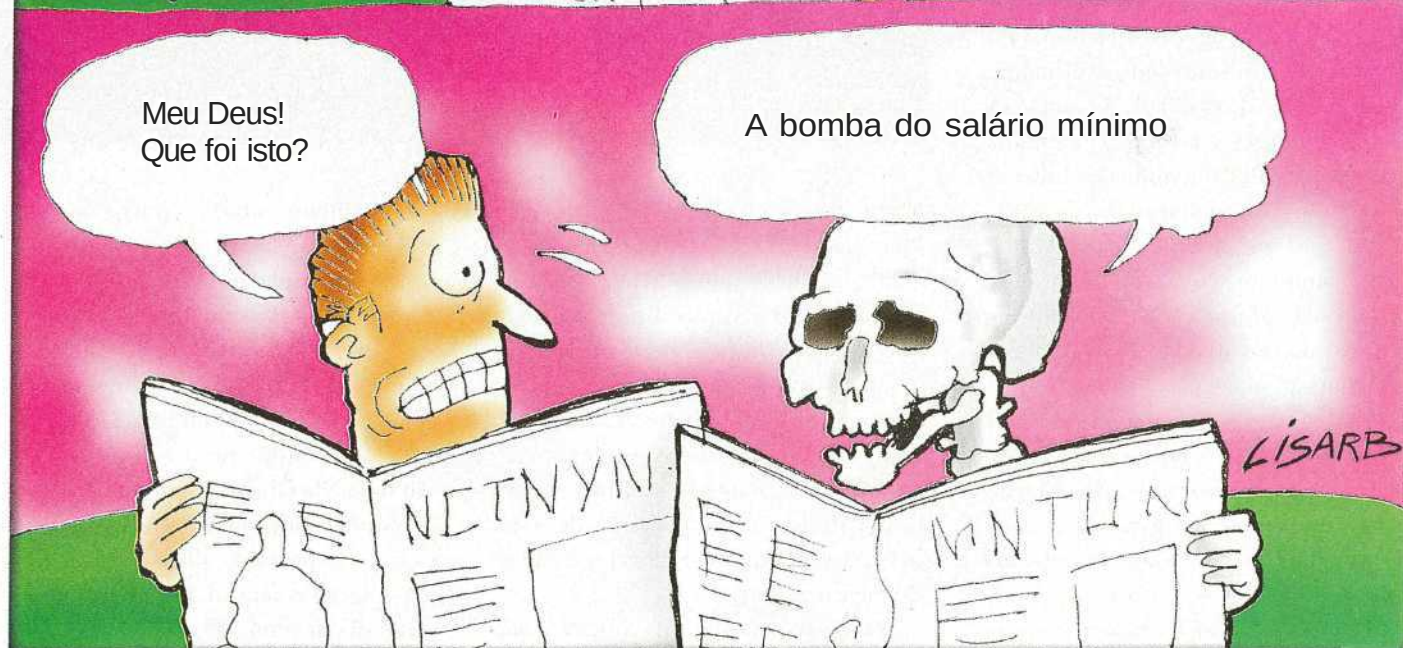
Ele está desprezando o produto nacional; nunca se produziu tanta bomba como nos últimos quatro anos



A bomba da previdência, que extermina velhos e doentes

A bomba da privatização, que pilha o patrimônio para o capital estrangeiro

A bomba da indústria da seca, que transforma o nordeste num campo de extermínio

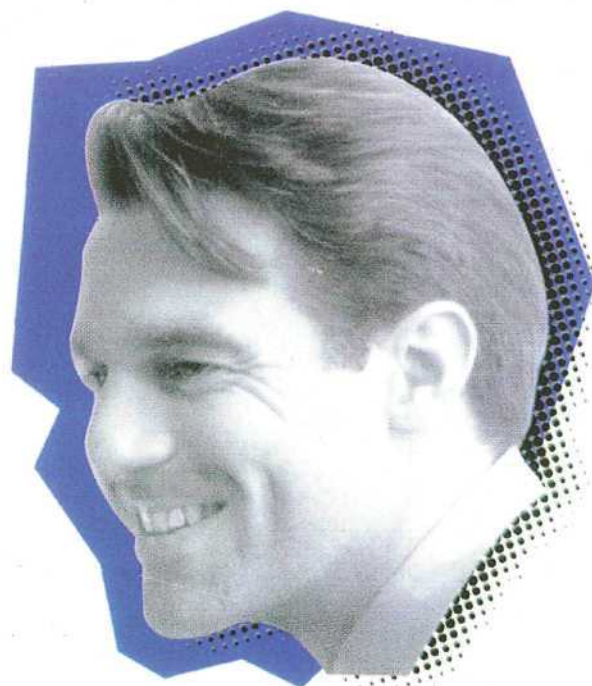
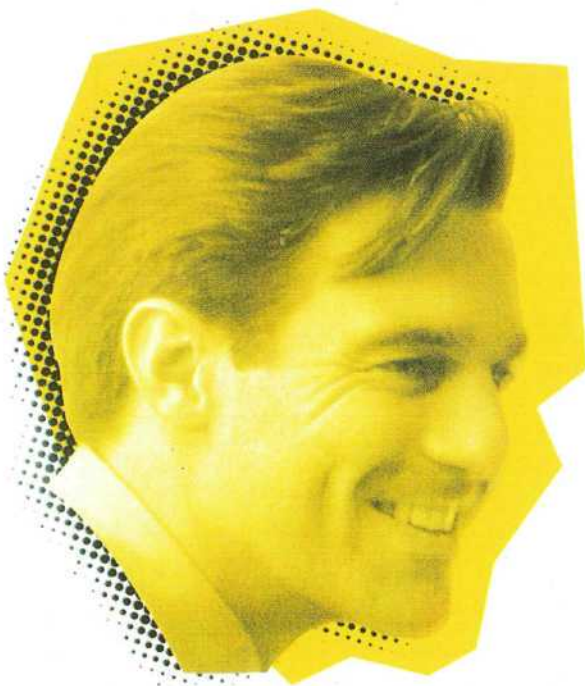


Meu Deus!
Que foi isto?

A bomba do salário mínimo

LISARB

Existem dois bons motivos para
você vender os nossos seguros:



VOCÊ & VOCÊ.

**O seguro
FENAE dá
comissões
para você.**

**A FENAE
também dá
benefícios
para você.**

**Se vocês ainda têm dúvidas,
façam o teste do espelho.**

SASSE FÁCIL

VIDAZUL

MULTIRISCO

AZULCAR

**FENAE
SEGUROS**



FENAFETUR

Sua viagem na melhor companhia

